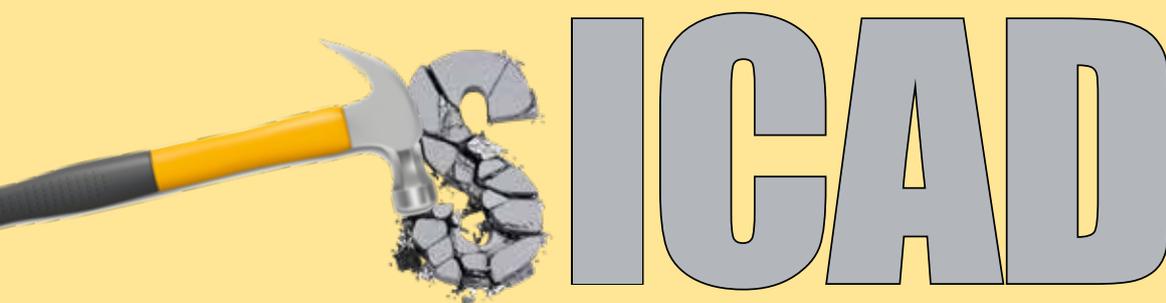


# dependências

**FEZ-SE HISTÓRIA EM AVEIRO:  
A LUTA POR NOVAS COMPETÊNCIAS  
E RECURSOS GEROU MUDANÇA**



**A NOVA ESTRUTURA DE CÚPULA  
PARA OS COMPORTAMENTOS  
ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS**



**MAOC (N): COMO SJOERD  
TOP LIDERA A REDUÇÃO  
DA OFERTA**



# JÁ ALGUÉM FOI CHAMADO A VOTAR GUERRA SIM OU GUERRA NÃO?



Vemos, ouvimos, lemos, assistimos, discutimos, zangamo-nos com os amigos e a família, duvidamos de tudo e de todos. Vemos a política como vemos o futebol, que nada tem a ver com o desporto, ingerimos toda a porcaria que entra em nossa casa pelo pequeno ecrã, bebemos sem sede e comemos sem fome porque o tempo escasseia e não temos tempo para o tempo que devíamos ter. E, por isso, não sabemos por que estamos descontentes, por que passamos a vida a fazer greves, a discutir e a dizer mal de tudo e de todos, por que reclamamos direitos, mas não falamos dos deveres, por que vemos as guerras como uma competição clubística, em que os maus do nosso clube são sempre bons e desculpáveis, enquanto os da equipa adversária fazem anti jogo e são sempre beneficiados pelos homens do apito, porque queremos que os outros façam por nós o que não fazemos pelos outros.

Legitimamente, questionamos ou deveríamos questionar: por que mentem os políticos? Por que muitos dizem uma coisa hoje e o contrário amanhã? Por que são tão severos na oposição e tão brandos na governação? São algumas questões que vemos, ouvimos e lemos sem ver, nem ouvir e sem ler...

Sim, vivemos momentos terríveis para uns, e felizes para outros, que com a infelicidade alheia lucram. Não os vemos nem aparecem no teatro dos conflitos das guerras ou das doenças, nunca vi nenhum na primeira linha, mas lucram com elas. O mundo está uma desgraça e o que vemos são "putos indigentes e cómicos a fazerem prostituição política". São indigentes, indiferenciados, oportunistas e incapazes de se dedicarem à causa pública, aos interesses do povo e do país. É o que temos hoje, não acredito que acreditemos que é o que estamos a eleger quando votamos, mas é o que recebemos quando recebem os nossos votos. Mais, já alguém foi chamado a votar guerra sim ou guerra não?

Sim, infelizmente, temos uma cambada de demagogos que investem na manipulação e influência para almejarem um qualquer cargo que sirva de ascensão ao poder. É ridículo, e se não fosse dramático, diria mesmo cómico o que vemos, ouvimos e lemos destes "figurões" sem qualquer credibilidade a tratar de nos convencer que a preocupação deles não são as mentiras que querem transformar em verdades.

Sim, nós sabemos que a política não é uma senhora séria e que alguns políticos são filhos desta senhora, gentinha sem vergonha que vive parasitando na busca do poder, seja a que preço for porque, para eles, a luta pelo poder não tem limites.

Obviamente, nem todos os políticos são incompetentes. Temos e tivemos muitos homens de grande qualidade, com princípios e valores éticos, que abraçaram a política como uma causa pública e com a missão de servir o país, a quem tiro o chapéu, apesar de não o usar. Mas, face à degradante situação a que estamos a assistir, o povo tem razão em não acreditar nesta cambada que nos quer fazer de ingénuos. Na verdade, não existem eleitores maus, o que existe são políticos incompetentes, que nos fazem divorciar e desinteressar pela política e a não comparecer aos sucessivos atos eleitorais. Ainda que a tal democracia grega, o berço deste que é o mais paritário regime que até hoje conhecemos e que, na sua génese, reconhecemos como muito limitado porque não reconhecia a todos os mesmos direitos e, muito menos, o direito de votar, partisse do princípio de que nem todos estariam suficientemente habilitados a exercer tal ato, o de eleger os seus representantes... A questão é que, mesmo os mais letrados e informados, são muitas vezes ultrajados por um qualquer programa eleitoral, depois travestido.

E não quero que tomem esta opinião como subversiva, mas antes como um motivo de reflexão para aprofundar as razões pelas quais mais de metade dos eleitores não quer depositar o seu voto numa urna. Há muitos anos! Que estes (des)Ventura(dos) não se lembrem de formar um partido chamado abstenção só para ganharem eleições! Alguém nos livre!

*Sérgio Oliveira, director*

# 2º ENCONTRO NACIONAL DE PROFISSIONAIS DE CAD

## O ENCONTRO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

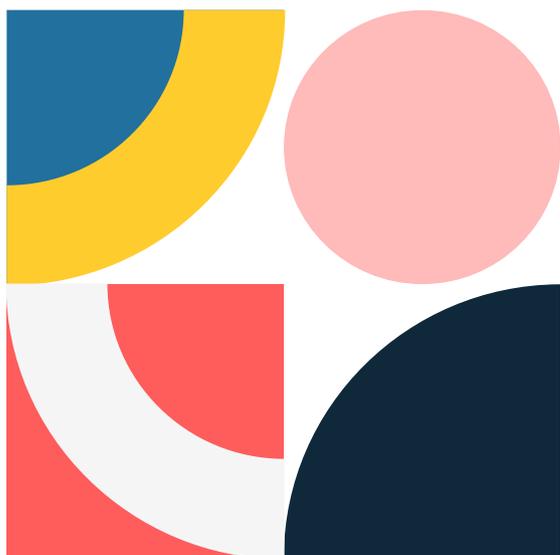


O Centro Cultural e de Congressos de Aveiro foi palco, nos dias 10 e 11 de outubro, do 2º Encontro Nacional de Profissionais de Comportamentos Aditivos e Dependências (ENPCAD). Subordinado ao tema Construir o futuro, edificar uma nova Identidade, estes dois dias de reflexão e partilha serviram igualmente de ponto de partida para a construção de uma nova identidade corporativa, uma vez que, no segundo dia de encontro, foi finalmente publicado em Diário da República o tão ansiado diploma que dá origem ao ICAD, nova estrutura de cúpula para os comportamentos aditivos e dependências. Após vários anos de expectativa, 2023 marca assim a reunificação das estruturas que intervêm nas matérias relacionadas com os CAD, cabendo ao ICAD, IP realizar esse trabalho, entrando em funcionamento no início do próximo ano.

Numa ótica de antecipação, e mantendo a estreita colaboração institucional, o SICAD e o CRI de Aveiro (DICAD, Centro) organizaram uma jornada de trabalho que se debruçou, essencialmente, sobre o Plano Estratégico do ICAD para os próximos três anos, tendo como base o Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2021-2030 (PNRCAD) em vigor. Curiosamente ou não, foi também em Aveiro que se iniciou um movimento que apelava à reestruturação dos serviços em CAD, culminando agora neste território a edificação do novo instituto.

Todos os profissionais foram convidados a darem a sua perspetiva e contributo no sentido de uma construção, em conjunto, de uma identidade comum que permita uma abordagem eficaz que contribua, efetivamente, para uma sociedade mais saudável. A participação, essa, não deixa margem para dúvidas quanto à mobilização: 500 inscrições, que só não foram mais por motivos logísticos... A destacar, no programa do encontro, a realização de grupos de trabalho que, com uma dinâmica extraordinária, propuseram mecanismos e novas ideias para a operacionalização do plano estratégico.

Dependências marcou presença no evento e entrevistou Manuel Cardoso, Emídio Abrantes, João Goulão e Margarida Tavares, a Secretária de Estado da Promoção da Saúde, que foi aplaudida de pé aquando da chegada para a sessão de encerramento do encontro e após a sua preleção, sinal da satisfação dos profissionais em CAD perante uma tão ansiada resolução...



## MANUEL CARDOSO

Começaria de uma forma menos formal e habitual... No primeiro dia deste encontro, o Dr. Manuel Cardoso deu o exemplo do que é ser líder: perante uma situação pessoal crítica, face a doença de um familiar direto, manteve-se de pé e assegurou a concretização de um programa em que tinha duas comunicações longas. Provavelmente, outros teriam delegado as intervenções que lhes estavam destinadas... Será também um exemplo para seguir nesta mudança organizacional?

**Manuel Cardoso (MC)** – É realmente uma pergunta complicada, a que não me sinto honestamente confortável para responder... De qualquer modo, devo dizer que este novo instituto ou este trabalho é algo em que acredito e, porque acredito, tento conciliar, nomeadamente a situação familiar que acontece aqui comigo, que foi realmente muitíssimo complicado, com esta componente. Não havia como delegar. O que apresentei é parte de mim e daquilo que é o meu desejo e o meu sonho para esta nova instituição.

**Aqui chegados, ontem ainda não tínhamos a confirmação da constituição do ICAD, mas hoje já foi publicado o diploma em Diário da República e pergunto-lhe se o mesmo traduz realmente aquelas que eram as expectativas e o que tinha sido identificado como o instituto necessário para intervir, com competências que o IDT já teve e outras sinalizadas como fundamentais? Em suma, é a solução ideal?**

**MC** – Acho que, no momento, é a solução ideal, independentemente de algumas nuances que possam ter surgido e que precisarão de ser discutidas e avaliadas em profundidade. Há desafios muito maiores do que tudo que existiu antes, mas esses desafios terão que ser enfrentados com tranquilidade e com uma outra perspetiva: há ameaças, mas também oportunidades e creio que se soubermos aproveitar as oportunidades o sucesso da nova entidade está garantido. O que tem que existir, na minha perspetiva, é uma capacidade de resposta a problemas específicos na área dos CAD, que tem que ser também uma resposta específica. A integração tem que ser colaborativa e não gestonária e isso é o que está definido no novo diploma. As necessidades de intervir nesta área são completamente diferentes do que é habitual no SNS. É um conhecimento diferente, não trabalhado na universidade, que precisa de ser desenvolvido a esse nível.

**Esta nova organização perdeu uma letra, o S, mas terá ganho muitas competências...**

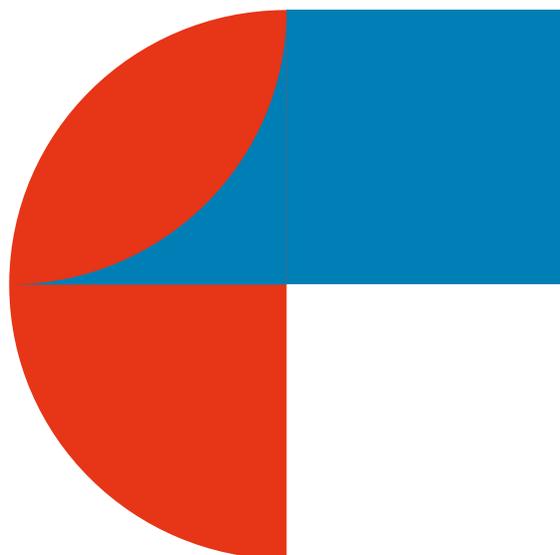
**MC** – As atribuições correspondem ao conjunto das que existiam entre o SICAD e a intervenção local. A grande capacitação deste novo ICAD, para além de ser instituto e deixar de ser serviço, é aquilo que havia perdido, ou seja, a capacidade de intervenção. Acho que essa capacitação faz absoluta diferença na resposta e nesta evolução.

**Também uma maior capacidade de coordenação nacional?**

**MC** – Não diria maior... diria a capacidade para coordenação em termos nacionais, porque até aqui não existia.

**As Unidades de Intervenção Local serão uma espécie de CRIs neste modelo?**

**MC** – O que está previsto é que as Unidades de Intervenção Local sejam CRIs, Unidades de Alcoologia, Unidades de Desabilitação e Comunidades Terapêuticas. Basicamente, o trabalho dos CRIs é para se manter, nas outras unidades poderá haver alguma discussão quanto à capacitação, nomeadamente no internamento, na desabilitação, do que é possível ser feito em unidades hospitalares e ser negociado com as mesmas. Aí sim, pode haver uma integração da própria resposta. Que capacitação? Que competências devem ter as respostas ainda existentes em Unidades hospitalares, nomeadamente as unidades de alcoologia? Desabilitação, duplo diagnóstico? Como organizar as respostas das UA e UD de modo a que sejam complementares, em benefício do cidadão (doente neste caso)? Esta é uma discussão que vai, necessariamente, ter que ser feita.





### **O financiamento destas unidades será feito pelo ICAD?**

**MC** – Absolutamente! O ICAD gere todas as unidades. Tem que haver um orçamento do ICAD que responde a todas essas Unidades de Intervenção Local. Há Unidades de Intervenção Local com uma abrangência de intervenção mais regional ou quase nacional, as unidades de alcoologia, as CT (comunidades terapêuticas) e as Unidades de desabilitação são de âmbito regional, podendo mesmo receber doentes de todo o país (Continente e Regiões Autónomas); os CRI com capacidade mais local, unidades mais próximas e em interação com os ACES.

### **Relativamente à questão da coordenação regional, será decisão do Conselho Diretivo avaliar a necessidade da implementação desta figura?**

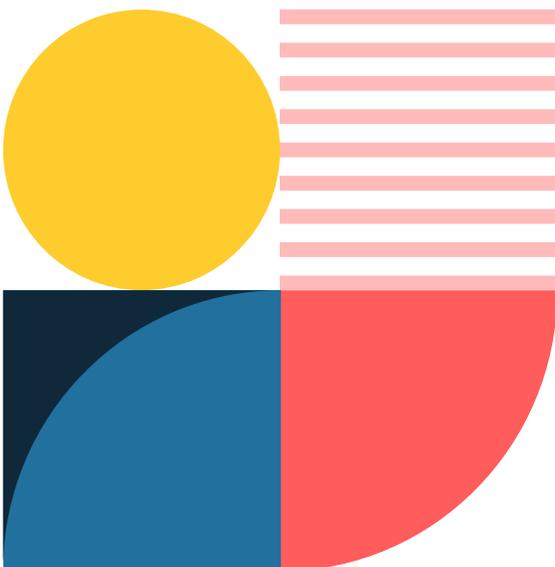
**MC** – Sim. Ainda que em articulação com a Direção Executiva do SNS. A nossa ideia é que existem intervenções e condições que são claramente regionais – e o diploma traz isso pela primeira vez. As próprias CCDR são regionais, portanto, terá que haver capacitação de alguma resposta ou discussão de nível regional. A nossa ideia é que, entre os responsáveis das Unidades de Intervenção Local, possa haver a nomeação ou identificação de um responsável que os represente em termos regionais. Portanto, que seja um trabalho não de coordenação no sentido de gestão, mas de agregação de informação e de representação ao nível das estruturas regionais. Um interlocutor regional que represente todas as UIL.

### **Têm sido comuns as queixas dos profissionais presentes neste encontro relativamente a alguma escassez de recursos que tem vigorado ao longo dos últimos anos...**

**MC** – Ouviu mal (risos)... Não é alguma escassez de recursos. É uma grande escassez de recursos!

### **Mas será que, a acompanhar a criação deste novo ICAD, também virá um apetrechamento de recursos, nomeadamente de quadros médicos, que tanto têm faltado na intervenção?**

**MC** – O diploma não traz nada relativamente a isso e o Governo, como é óbvio, também não pode nem entrega nada de mão beijada... nem eu pediria isso. Pode dar-nos condições para que possamos trabalhar melhor ou pior essa componente. Uma das questões tem a ver com recursos financeiros, com o orçamento; precisamos, seguramente, de perceber qual é o orçamento. Não houve nenhum movimento para isso e teremos que o trabalhar e que o reclamar junto da tutela. Depois, a outra componente, de como suprir a falta de recursos: aí, as possibilidades serão várias, mas sabemos que existe escassez, em termos nacionais, de médicos, portanto será difícil recrutar. Teremos que encontrar meios, assim a tutela nos permita fazer intervenções de recrutamento para esses profissionais, nomeadamente médicos, articulações de intervenção, nomeadamente com a Coordenação Nacional de Saúde Mental, com os cuidados de saúde primários... tem que haver partilha, eventualmente acumulação de funções



nalgunas circunstâncias e temos que reclamar a possibilidade de recrutarmos psicólogos, técnicos de serviço social... ir claramente ao mercado recrutar novos profissionais não apenas por mobilidade. Não conseguiremos ajudar a resolver os problemas que hoje são mais sentidos nos vários territórios, nomeadamente nos de Lisboa, Porto e Algarve, que são os mais notórios, onde só conseguiremos dar resposta às listas de espera com alguma maior organização, eventualmente, mas fundamentalmente com o reforço dos recursos humanos. A todos os níveis. Não são só médicos. Os médicos prescrevem mas o acompanhamento é indispensável. Não pode haver lista de espera em nenhuma das unidades e esse é o primeiro grande desafio.

#### **Haverá aqui algum papel especial para as CCDR?**

**MC** – Não tenho consciência disso, a não ser da coordenação das necessidades. Creio que o Governo pretende que haja alguma coordenação da identificação de problemas, de recursos e de capacitação da resposta...

#### **Uma espécie de PORI...**

**MC** – Absolutamente! O que estão a criar para a CCDR a este nível é o que criámos para o nível local com o PORI.

**Não sei se acredita em coincidências mas estamos em Aveiro... aqui nasceu o grupo que daria origem às reivindicações de mudança na estrutura e aqui se realiza este encontro, durante o qual o diploma é publicado...**

**MC** – Quanto à realização do encontro, não terá sido uma coincidência, foi premeditado, um reconhecimento a Aveiro e ao CRI de Aveiro, que agora também é regional, por todo o trabalho desenvolvido na área. Achamos que esta era a melhor forma de homenagear todo esse esforço e trabalho e, sim, o facto de a criação do diploma acontecer neste momento é uma excelente coincidência.

**Parece um excelente ponto de partida para a criação de uma nova entidade e identidade termos aqui 500 inscritos...**

**MC** – Tínhamos uma limitação de espaço e de contratualização e, provavelmente, também limitámos as inscrições... Mas era o que esperávamos. A necessidade de encontro, de conversa, de networking era absolutamente indispensável. O Sérgio passou pelos diversos grupos de trabalho e pôde testemunhar uma dinâmica e discussão extraordinárias. Daí a minha máxima: O ICAD será aquilo que nós, profissionais, quisermos que seja.

## **EMÍDIO ABRANTES**

**Estamos ainda no primeiro dia de encontro, ainda não foi publicado o diploma da constituição do ICAD, que tudo indica acontecerá amanhã, mas parece que, afinal, o Grupo de Aveiro produziu efeitos... tardou mas chegou...**

**Emídio Abrantes (EA)** – Tardou, chegou, mas a verdade é que ainda não está nada publicado. Quer queiramos, quer não, todo o processo encontra-se ainda muito atrasado, estamos mais perto da solução, mas continuamos ainda com algumas dificuldades até em perceber o conteúdo da lei orgânica e ainda temos algumas apreensões à flor da pele. Mas, sim, estamos muito mais perto de encontrar uma solução pela qual lutámos e, retomando uma frase, a sorte dá trabalho.

#### **O que espera então do diploma e da estrutura a que dará origem?**

**EA** – Mais do que a estrutura física, que já estará assumido que será um instituto público dotado de outro tipo de recursos, interessa a capacidade de operacionalização e a flexibilidade no recrutamento de profissionais. Senão, continuaremos condenados ao fracasso. Estamos escancaradamente sem recursos.

**Ainda assim, conseguem organizar um encontro com mais de 500 profissionais inscritos...**





**EA** – É um processo de organização em que está envolvido o SICAD, com toda a sua estrutura e know-how... sem o SICAD, seria impossível organizar um evento como este e, mais do que a nós, cabe-lhes todo o mérito. Também temos uma cooperação muito importante da Câmara Municipal de Aveiro, que rapidamente se associou a esta organização e nos ajudou a criar condições para acolher estas pessoas.

**O tema gira em torno do que será o futuro desta área... O que destacaria quanto às temáticas presentes no programa?**

**EA** – Das cinco áreas temáticas traduzidas neste encontro, é impossível destacar neste momento alguma em detrimento de outra. Destacaria a carência e a necessidade de termos que fazer uma reflexão um pouco mais profunda relativamente aos desafios que hoje enfrentamos em cada área de missão. Mais do que fazer com que sejam áreas de missão estanques, devemos pensar como cada uma terá que se relacionar para garantir o melhor possível para os cidadãos e para que esta comunidade que tem uso de substâncias psicoativas tenha garantidas condições de segurança e de saúde. As outras preocupações, as dependências comportamentais ou sem substância, são neste momento das maiores que o sistema tem relativamente aos desafios do serviço, muito traduzidas pelo ambiente escolar. A comunidade educativa está a trazer-nos muitas questões que têm dificuldade em gerir, que é o dia-a-dia dos miúdos na utilização dos ecrãs, na dificuldade de atenção... Mas reforço que um dos maiores desafios prende-se com a forma como cada um de nós será capaz de se relacionar com os outros. Como é que nós, dentro do SNS, seremos capazes de nos relacionarmos com a saúde mental ou com os cuidados de saúde primários... isto é vital e o futuro vai depender da nossa capacidade de relação e comunicação com estas estruturas da saúde. A capacidade de comunicarmos entre serviços é que ditará a mudança.

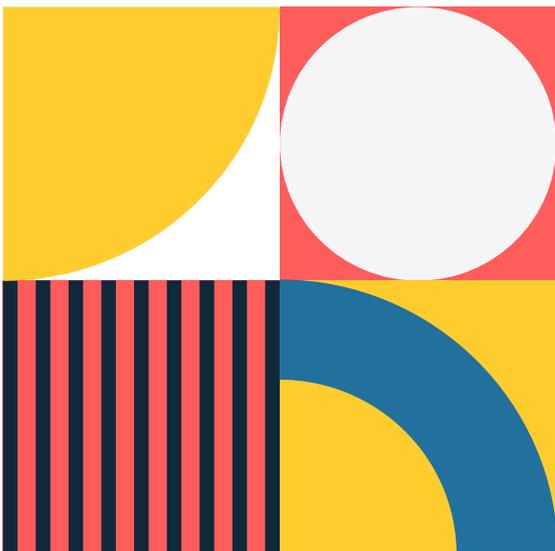


**Em que medida adquirirá essa capacidade de relacionamento e de comunicação mais relevância quando falamos hoje numa maior dificuldade em sinalizar e diagnosticar estes casos de dependência sem substância, nomeadamente entre as populações mais jovens? Poderão ajudar os médicos de família a identificar e referenciar?**

**EA** – Sim, como na nossa vida, estamos cruzados e contrabalançados com um conjunto de informações. E esta realidade, no fundo um crescimento multidimensional, obriga-nos a que todas as respostas também sejam multidimensionais e que possam acolher um conjunto de estruturas para o bem comum que é a centralidade no cidadão. E esta só é possível se formos capazes de conjugar todas as forças do SNS. O futuro passará seguramente pelo necessário reforço desta multidimensão e do esforço coletivo destes serviços.



**Falou em novas dimensões dos CAD, nomeadamente a dependência do ecrã por parte de crianças e jovens, de défice de atenção, de jogo... estes não são os públicos que, tradicionalmente, recorrem a estes serviços especializados...**



**EA** – Pois, e é aí que assume particular importância que possamos chegar a todo o grupo da população. Que possamos reconhecer em nós a possibilidade e potencialidade para ajudarmos, que quando a população sinta alguma dificuldade reconheça que estas estruturas de referência possam ser acolhedoras destes problemas, que as famílias possam vir ter connosco e partilhem os seus sentimentos, dificuldades e ansiedades relativamente às suas vivências. Temos o know-how, 45 anos de história e uma experiência de trabalho integrado, algo que no seio da área da saúde vemos os outros a darem os primeiros passos. E nós já temos os cuidados integrados há muitos anos na nossa cultura, porque dela fazem parte práticas multidisciplinares e a possibilidade de termos assistenciais, psicólogos, médicos, enfermeiros e uma panóplia de profissionais que, no conjunto dos seus saberes, prestam um serviço à comunidade que é essencial.

**Também falamos hoje numa panóplia de novas substâncias psicoativas que vão surgindo a um ritmo nunca visto e cujo acesso é facilitado através das novas tecnologias... isto também é um novo desafio para se repensarem estratégias de redução de riscos?**

**EA** – Sim, sem dúvida! Muito do que concebemos na área da redução de danos, ao longo dos últimos 20 anos, sobre o modelo da heroína, terá que ser alvo de reconversão e adaptação. E muitas equipas já estão a fazê-lo, nomeadamente para poderem chegar aos problemas ligados ao álcool. Temos a experiência de Lisboa, com a possibilidade de administrar álcool a indivíduos que vivem em situações de limiar de pobreza profunda, com problemas de alcoolismo e em situação de sem-abrigo... são estas experiências que se revelam essenciais e que irão dar corpo à inovação na redução de danos... temos o drug-checking, que este Verão tive a oportunidade de acompanhar junto de algumas estruturas, percebendo o quão é importante; poderemos modificar uma linguagem de relação na área das adições sem complexos; temos que mudar isso e esse é também um trabalho e esforço que tem que ser feito internamente, porque a maioria dos profissionais e dos serviços foram talhados para trabalharem com um nicho de ud's, nomeadamente de heroína e, quando temos agora um leque diferente de indivíduos que querem manter o seu consumo mas, ao mesmo tempo, apresentam uma série de ansiedades e angústias, e que têm esse direito de ser acompanhados porque não deixam de ser cidadãos que merecem que as suas decisões sejam respeitadas.

## MARGARIDA TAVARES

**Sabemos que tem uma particular admiração pelo modelo português e, perante esta plateia que tanto contribuiu para a sua concretização, terá sido emocionante testemunhar este aplauso e reconhecimento...**

**Margarida Tavares (MT)** – Também estou emocionada, como é óbvio... como eu disse, a publicação do diploma que cria o novo ICAD, por coincidência feliz, ocorreu hoje e creio que se trata de um bom prenúncio. Acho que era algo que todos aguardávamos, todos nós queríamos virar esta página e o que este diploma significa acima de tudo, no meu ponto de vista, é o trabalho e persistência de todos os que estão aqui e que trabalham nesta área. Para mim, significa também que conseguimos, num tempo muito rápido e perfeitamente aceitável no nosso ponto de vista, fazer um percurso coerente e terminar com um diploma coerente, que é no fundo o início de uma nova fase nesta área e que coincide, de facto, com uma nova fase que estamos a enfrentar. Acho que estamos a enfrentar uma fase ligeiramente diferente nos CAD, não é melhor nem pior e, por isso, é muito importante termos agora um novo instrumento para dar um novo fôlego a todos os profissionais desta área para enfrentarmos estes desafios de que falamos e que todos nós conhecemos.

**Pelo que sabemos, este novo modelo organizacional resulta muito do diálogo entre a decisão política e os técnicos do terreno... é a forma de se fazer política numa democracia participativa?**

**MT** – Concordo totalmente! Como é que as políticas podem ser feitas de costas voltadas para quem elas se destinam? E estas políticas destinam-se aos utentes, mas





também àqueles que são, por um lado, os seus interlocutores e, por outro, os seus cuidadores, que são os profissionais que trabalham nesta área. Como poderíamos não ter em conta a experiência dos profissionais? Seria inaceitável!

**Além do novo modelo organizacional, poderemos esperar o tão esperado apetrechamento de recursos numa área tão carente de profissionais?**

**MT** – Não faria sentido se assim não fosse. O que nós queríamos mesmo era ter uma estrutura, uma organização e, agora, tudo faremos... claro que as coisas nunca acontecem exatamente como pretendemos porque, como foi dito, as necessidades são imensas, mas há mesmo aqui um compromisso de dotar de recursos, de renovar recursos, de reforçar recursos e também as próprias estruturas. Se tudo correr como estamos a planear, vão começar a ver esses movimentos muito proximamente, quer em relação à dotação de recursos humanos, quer em relação também à modernização de estruturas.

**Estamos próximos do final do ano... a publicação dos estatutos e nomeação dos novos dirigentes do ICAD surgirão antes?**

**MT** – Os estatutos surgirão rapidamente, estão prontos e já foram amplamente discutidos internamente no Governo, portanto, creio que não constituirão grande dificuldade em termos da aprovação, que é conjunta. Não é preciso um decreto-lei, é apenas um despacho, embora conjunto de várias áreas, e por isso mesmo demorámos, uma vez que discutimos o diploma conjuntamente com os estatutos, para que fossem fortes e tivessem uma colagem à realidade das outras áreas governativas que têm que assinar este compromisso. Em suma, essa discussão foi feita e não creio que exista qualquer dificuldade em aprová-la pelas diversas áreas, nomeadamente finanças e administração pública. Quanto às nomeações, a ver vamos como se processa mas também serão obviamente rápidas e não haverá vazios. Temos pavor a vazios.



## JOÃO GOULÃO

“Espero que a Sra. Secretária de Estado tenha gostado de aqui estar... Nós gostamos particularmente de a ter aqui, hoje, que é um dia especial. Combinámos este 2º Encontro de Profissionais de CAD, aqui em Aveiro, e o Grupo de Aveiro é algo que marcou a nossa história. Em janeiro de 2016, não muito tempo após a decisão da extinção do IDT, houve aqui uma reunião da qual saiu um documento que reivindicava o retorno a um modelo de existência de um instituto público, com a capacidade de pensar as políticas e de as executar no terreno. E esse documento foi assinado por 650 profissionais, na altura. Desde então, temos tido a expectativa que essa reconstituição do organismo único, aliás, consagrado na própria Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga de 1999, fosse levada a cabo como uma das partes integrantes dessa estratégia.



O Encontro foi marcado para 10 e 11 de outubro, 10 Dia Mundial da Saúde Mental, 11 dia da saída do diploma que tanto aguardávamos. E tivemos cerca de 500 inscritos para esta iniciativa, o que é muitíssimo significativo. A salva de palmas com que V. Exa. foi brindada quando entrou é muito significativa da alegria que a saída deste diploma nos causou a todos. Muita alegria mas igualmente um sentimento de enorme responsabilidade perante aquilo que aí vem, circunstâncias para as quais possamos desenvolver de uma forma harmoniosa e sobretudo eficaz para o que é o nosso objetivo e missão, responder aos nossos concidadãos que, de alguma forma, se cruzam com problemas de CAD. O que também pretendemos evitar, mas para isso, precisamos agora, na implementação desta legislação e naquela que aguardamos que a venha complementar, de um enorme apoio da Sra. Secretária de Estado e do seu gabinete para a concretização de algumas coisas muito práticas.

Perpassou, nestes dois dias de encontro, uma preocupação central, que tem a ver com a continuidade, no imediato – e já nem falo sequer no recrutamento – de muitos profissionais que trabalham nesta área, sobretudo nas Unidades de Intervenção Local, através de contratos precários, que caducarão no final do ano. Precisamos do apoio da Sra. Secretária de Estado e do seu gabinete, no sentido de encontrar soluções que nos permitam fazer contratações, a partir de 1 de janeiro, já em nome do ICAD.

Depois, as formas de recrutarmos novos profissionais, de atrair sangue novo para as hostes das respostas aos CAD, reconstituir uma massa crítica que se veio perdendo e que era dificilmente mobilizável neste desenho organizativo. Há questões que nos desafiam, não só os novos padrões de consumo ou novos comportamentos aditivos, mas também coisas do nosso tempo para as quais precisamos de encontrar mecanismos de auscultação, até dos próprios profissionais: qual é a sua opinião, por exemplo, a propósito da utilização de determinadas substâncias com efeitos psicoativos em novas abordagens terapêuticas? Como posicionarmos o organismo público português que tem responsabilidades diretas nesta área, de uma forma clara e inequívoca, na questão da legalização da canábis? Temos tido alguma dificuldade em assumir com muita clareza uma determinada posição, sabendo que, mesmo no seio dos profissionais, há posições diferentes... Sentir-me-ia muito mais confortável, enquanto responsável pelo serviço, em concitar uma orientação definida por uma maioria dos profissionais, pensando num universo superior a mil, do que aquilo que conseguimos mobilizar através dos atuais 80 profissionais do SICAD.

É importante termos essa massa crítica para refletir sobre determinadas questões e é necessário também que nos posicionemos, do ponto de vista estratégico – e foi esse o grande objetivo deste encontro – em relação a algumas destas questões. Foi possível desenvolvermos trabalho muito relevante na construção do futuro Plano Estratégico do ICAD. Refletimos aqui, em workshops, a propósito de novas abordagens em prevenção, tratamento, redução de riscos e minimização de danos, reinserção social e dissuasão, pois, em tudo isto, há novas questões e desafios que teremos que abordar. E cá estamos para o fazer e para juntar novamente, as vezes que forem necessárias, estes profissionais e mais os que hoje não puderam estar connosco, para discutir com eles, olho no olho, como é que as coisas podem ser feitas daqui para o futuro.

Estamos muito entusiasmados com esta possibilidade, reconhecendo o enorme esforço – e o Emídio Abrantes já fez a justiça de o destacar – dos colegas das DICAD que, nas circunstâncias organizativas em que temos estado até agora, trabalharam claramente em situações difíceis, no seio de organismos, como são as ARS, que têm que responder a inúmeras frentes de trabalho para responder às necessidades de saúde dos nossos concidadãos.

Todos estamos cientes que temos que aperfeiçoar. Agora que o SNS passa também por alterações profundas, temos que encontrar formas de articulação e de referênciação mais perfeitas do que aquelas que têm existido e gostava de enaltecer o trabalho que, no âmbito da dependência das ARS, os nossos colegas coordenadores das DICAD e suas equipas e todos os profissionais das UIL conseguiram manter, dando mostras de uma enorme resiliência.

Mas também é evidente a alegria do reencontro, bem patente neste encontro e nos momentos de convívio, em que as pessoas estavam genuinamente contentes. Penso que foi verdadeiramente um sucesso!”



## COMPORTAMENTOS ADITIVOS AOS 18 ANOS: UTILIZAÇÃO DA INTERNET



Em cada 10 jovens de 18 anos (prevalências nos 12 meses anteriores), 6 usam a internet durante 4 horas, ou mais, por dia (61%), 5 usam as redes sociais durante 4 horas, ou mais, por dia, 2 fazem pesquisas online durante 4 horas, ou mais, por dia, 1 a 2 jogam online durante 4 horas, ou mais, por dia, menos do que 1 joga jogos de apostas online durante 4 horas, ou mais, por dia, e 3 experienciaram recentemente 1 de 7 problemas que atribuem à utilização da internet (31%). Principalmente, situações de mal-estar emocional (18%).

Estes são os dados revelados pelo relatório "Comportamentos Aditivos aos 18 anos: utilização da internet - inquérito aos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional 2022".

Segundo este relatório, quanto ao conjunto de indicadores de utilização da internet, destaca-se o início mais precoce por parte dos rapazes, bem como uma utilização mais intensiva em tempo despendido a jogar. Por outro lado, as raparigas tendem a passar mais tempo nas redes sociais do que os rapazes. A prevalência de experiência de problemas é semelhante.

Os indicadores de uma utilização mais intensiva (6 horas ou mais por dia) têm-se mantido relativamente estáveis. Contudo, globalmente, a prevalência de jovens que permanecem na internet durante 5 horas ou mais por dia aumentou 11 pontos percentuais entre 2017 e 2022).

Comportamentos Aditivos aos 18 anos. Inquérito aos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional é um projeto de investigação e monitorização que assenta num inquérito nacional, a todos os jovens de 18 anos, participantes no Dia da Defesa Nacional, realizado todos os anos, desde 2015, com uma interrupção em 2020, devido aos constrangimentos provocados pela pandemia COVID-19.

Trata-se de um inquérito por questionário de autopreenchimento, anónimo, que reúne um conjunto de questões básicas referentes a dois temas: consumos de substâncias psicoativas e utilização da internet. Neste âmbito, procura disponibilizar informação relativamente a padrões de utilização, formas de acesso e experiência de problemas.

## CONFERÊNCIA REGIONAL DRUG POLICY DIALOGUE - A BALANCED AND MULTISECTORAL APPROACH TO DRUG POLICIES AND STRATEGIES IN CENTRAL ASIA



O Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências participou na Conferência Regional Drug Policy Dialogue - A balanced and multisectoral approach to Drug Policies and Strategies in Central Asia, que decorreu a 28 e 29 de setembro, em Astana, no Cazaquistão.

A representação do SICAD foi assegurada por Carlos Cleto, da Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária, que abordou o tema "The role of civil society in supporting public policies on drugs from a health perspective", destacando o papel das organizações não governamentais e da sociedade civil no apoio às políticas públicas em matéria de drogas, designadamente o programa nacional de financiamento público (orientado para ONG e IPSS), e o Programa Operacional de Respostas Integradas - PORI.

Esta conferência foi organizada pelo Programa CADAP 7, financiado pela EU e no qual o SICAD participa, e que visa apoiar os governos da Ásia Central no reforço da capacidade das agências nacionais para lidar com o fenómeno da droga de forma abrangente, integrada e sustentada.

## VISITA DE DELEGAÇÃO DA MALÁSIA



O SICAD, na pessoa do seu diretor-geral, João Goulão, recebeu hoje o Ministro Adjunto do Departamento do Primeiro-Ministro responsável pelo Direito e pelas Reformas Institucionais na Malásia, acompanhado de representantes governamentais e da Fundação da SIDA deste país, que vieram a Lisboa conhecer in loco a nossa política em matéria de comportamentos aditivos e dependências.

Além do grande interesse manifestado pelo modelo português, em especial no que se refere à implementação da Lei da Descriminalização e as respostas em termos de saúde pública, a visita permitiu a troca de informação e de experiências sobre a situação e as políticas dos dois países, numa altura em que a Malásia está a estudar a revisão da sua atual política em matéria de drogas.

A deslocação a Portugal incluiu, igualmente, um encontro com o Ministro da Saúde, Manuel Pizarro, e reuniões com a CDT de Lisboa, PSP, Centro das Taipas, EMCDDA, e visitas a estruturas de redução de danos geridas pela Ares do Pinhal.

## FORMAÇÃO SICAD - INTERVENÇÃO EM CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO COM COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS



Decorreu, entre 19 de setembro e 2 de outubro, a formação “Intervenção em Crianças e Jovens em Risco com Comportamentos Aditivos e Dependências”, que contou com 38 formandos.

O leque de formadores foi constituído por: Raúl Melo, chefe da Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária do SICAD; Irene Reis, da Divisão de Intervenção Terapêutica do SICAD; e Rita Pereira, assessora de direção e coordenadora do Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) Abrigo Famílias.

Princípios e conceitos da abordagem sistémica em CAD, identificação de fatores de risco e proteção, e intervenção do sistema de promoção e proteção à infância e juventude, na área dos CAD, foram alguns dos aspetos abordados.

Enquadrada numa das atribuições do SICAD que visa promover a formação no domínio das substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências, teve como destinatários profissionais de saúde, psicólogos, sociólogos, assistentes sociais e profissionais de educação.

Capacitar os profissionais no domínio do conhecimento das estratégias de intervenção com crianças e jovens com CAD e/ou inseridos em famílias com CAD, aprofundar o modelo de intervenção em CAD e a sua adaptação a este grupo específico, desde a prevenção à inserção, e apresentar o dispositivo de respostas existentes por parte do sistema de promoção dos direitos e proteção à infância e juventude, na área dos CAD, foram os objetivos desta ação formativa online.



## PROMOÇÃO DA SAÚDE NA AUTARQUIA DE SETÚBAL



O SICAD no âmbito da sua intervenção em contexto laboral iniciou o programa de promoção da saúde no âmbito dos CAD, em contexto laboral, na autarquia de Setúbal assim como simultaneamente nos Serviços Municipalizados de Setúbal (SMS) .

A planificação das ações e a intervenção contaram com a participação de todos os atores de organização com implicações nesta matéria: Autarcas eleitos, órgãos decisores, chefias intermédias e diretas, Serviço de Segurança e Saúde do Trabalho e Recursos Humanos, numa sessão do Fórum Municipal de dirigentes da autarquia e dos serviços municipalizados.

Esta abordagem exige a implementação de um conjunto diversificado de ações suscetíveis de afetar positivamente a saúde, a segurança e o bem-estar dos trabalhadores, entendidas como um todo de forma interdependente e complementar, e será operacionalizada em ações concertadas e integradas.

Este programa de promoção da saúde no local de trabalho abrangerá, cerca de 2000 trabalhadores da autarquia e serviços municipalizados e será desenvolvido em parceria com o CRI da Península de Setúbal, da DICAD da ARS de Lisboa e Vale do Tejo.

Este programa conjunto tem como objetivo a promoção da saúde e a redução dos riscos profissionais, entre outras ações, por via da capacitação de chefias para a gestão, sinalização, referenciação de situações relacionadas com os comportamentos aditivos no local de trabalho, bem como a formação, neste âmbito, a todos os trabalhadores.

## VIDEOCONFERÊNCIA SICAD ABORDOU O RUMO A DAR À PREVENÇÃO



“Dar rumo à prevenção” foi o tema da videoconferência SICAD realizada a 27 de setembro, dinamizada por Raúl Melo, psicólogo, chefe da Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária do SICAD e coordenador do Programa Eu e os Outros; José Sousa, doutorado em Ciências da Educação, e diretor de Serviços de Projetos Educativos da Direção-Geral da Educação (DGE); Teresa Summavielle, doutorada em Ciências Biomédicas. Investigadora e vice-diretora do Instituto de Investigação e Inovação em Saúde, da Universidade do Porto, e Susana Bernardo, psicóloga e diretora técnica da Pressley Ridge. Alcina Correia, mestre em sociologia do trabalho, das organizações e do emprego, diretora da Direção de Serviços de Monitorização e Informação do SICAD, moderou a sessão online, que contou com 220 participantes.

Na saudação de boas-vindas, Manuel Cardoso, subdiretor-geral do SICAD, salientou a vontade de continuar estas videoconferências. Referindo-se aos últimos dados sobre comportamentos aditivos na população escolar, alertou para o facto dos mesmos não serem particularmente confortantes, nomeadamente no consumo de bebidas alcoólicas e na componente digital. Mencionando a dificuldade em mudar comportamentos, realçou a importância da reflexão sobre a prevenção para se conseguirem ganhos em saúde. No encerramento, relevou o alerta que esta videoconferência trouxe a todos para a necessidade de fazer mais e melhor, deixando o desafio da construção de uma estratégia nacional de prevenção para os comportamentos aditivos e dependências.

Alcina Correia, começou por referir que a realização desta videoconferência parte dos resultados de mais um produto do Estudo sobre o Consumo de Álcool, Tabaco, Drogas e outros Comportamentos Aditivos e Dependências (ECATD-CAD) – 2019, recentemente publicado, que apresenta uma análise das abordagens preventivas sobre comportamentos aditivos a que foram alvo, em meio escolar, os alunos do ensino público, com idades entre os 13 e os 18 anos.

O desenvolvimento do cérebro adolescente, a capacidade de avaliação do risco, e a necessidade de fornecer ferramentas válidas, foram alguns dos aspetos tratados por Teresa Summavielle, que também apresentou o projeto “põe-te a milhas das pastilhas”, que aborda o cérebro e a dependência e o sistema de recompensa.

Susana Bernardo apresentou as abordagens preventivas da Associação Pressley Ridge, de origem americana e presente em Portugal desde 1982. Com base na visão “Todas as crianças prosperam”, tem como princípio fundamental a humildade, e baseia a sua abordagem no empoderamento dos jovens, trabalhando com crianças, jovens, comunidades e famílias. De entre os programas que desenvolveu destacou o SURF ART (Atrave-te Realiza-te e Transforma-te), que visa promover competências de vida, a autonomia, o bem-estar social, e a saúde mental.

Caracterizando a sociedade atual em que os jovens vivem com muita informação e desinformação, e fake news, José Sousa revelou dados de um estudo feito aos jovens participantes na Jornada Mundial da Juventude, recentemente realizada em Lisboa, e onde estes revelam o que mais os preocupa. O trabalho, dinheiro e acesso à educação, são as principais preocupações. As dependências aparecem em décimo lugar. Cidadania digital, juventude e cidadania, e educação para a saúde, foram outros aspetos que abordou. Referindo-se aos jovens, deixou uma frase: “o difícil é compreendê-los”.

“De onde partimos no rumo que queremos dar?”, “O que nos faz pôr a caminho?”, “A quem queremos chegar?”, “Como queremos lá chegar?”, “Como sabemos que lá chegámos?”, foram as questões através das quais Raúl Melo desenvolveu as abordagens preventivas. Referiu que tem sido feita muita sensibilização, mas que não se pode parar por aí, pois as pessoas precisam de saber o que fazer com a informação que recebem. Mais abrangência e integração, mais reflexão e partilha, mais suporte de quem decide, mais coerência e mais recursos, foram algumas das propostas para as abordagens preventivas futuras, que apresentou.

# LUTA CONTRA A TUBERCULOSE GANHA NOVO IMPULSO NA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU



© ILO/Vijay Kutty

*Na Índia, um médico verifica a radiografia de um paciente em busca de danos nos pulmões, o que pode indicar tuberculose*

Doença mata mais de 1 milhão de pessoas por ano; diretor-geral da OMS ressalta que metas aprovadas em 2018 não foram cumpridas; deputado brasileiro participa da reunião de alto nível sobre o tema e fala de ações para ampliar financiamento.

A Assembleia Geral da ONU realiza nesta sexta-feira 22 de setembro a segunda Reunião de Alto Nível sobre a Luta Contra a Tuberculose. O objetivo é revisar avanços feitos nos últimos cinco anos e aprovar uma declaração política focada em ações concretas.

O diretor-geral da Organização Mundial da Saúde, OMS, Tedros Ghebreyesus participou da abertura do evento lembrando que a doença é tão antiga quanto a humanidade e já teve diversos nomes, como “peste branca” e “mal do rei”. Apenas há 100 anos passou a se chamar tuberculose.

## Metas perdidas e novas ferramentas

Ele afirmou que, somente em 2021, a enfermidade matou mais de 1 milhão de pessoas.

Segundo Tedros, “a maioria das vítimas é pobre, marginalizada ou desnutrida.” Além disso, os custos associados ao tratamento criam dificuldades financeiras ou aprofundam a pobreza.

Ele ressaltou que na última reunião de alto nível sobre o tema, realizada há cinco anos, foram traçadas metas que não foram alcançadas. Como exemplo, citou que 34 milhões de pessoas foram colocadas em tratamento, um número inferior à meta de 40 milhões acordada em 2018.

Em relação a tratamento preventivo, apenas metade da meta de 30 milhões de pessoas foi atingida. Já o objetivo de dobrar o financiamento global para a doença e atingir US\$ 30 bilhões, sofreu retrocessos.

Tedros afirmou que “agora temos novas e poderosas ferramentas que não tínhamos cinco anos antes, como diagnósticos rápidos que realizam o teste em menos de duas horas e regimes de tratamentos efetivos, inclusive para tuberculose multirresistente.” No entanto, ele afirmou que ainda é necessária uma nova vacina.

## Brasil cria comissão parlamentar

O deputado brasileiro Antônio Brito participa do evento, com uma intervenção no painel sobre financiamento sustentável. Em conversa com a ONU News, ele comentou medidas de implementação das metas globais sendo lideradas pelo Congresso

“No Brasil temos 80 mil novos casos de tuberculose por ano e 5 mil mortes. Então é muito importante que o Parlamento brasileiro esteja atuando. Nós criamos a Frente Parlamentar na Luta Contra a Tuberculose e a partir do convite da 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas, nós criamos uma comissão externa, formada por 10 parlamentares que terá o período de três meses para discutir a parte orçamentária na luta contra a tuberculose, os recursos necessários para o programa de combate à tuberculose. Essa eu acho que é a meta, buscar os recursos, buscar o programa, diagnóstico, tratamento, vacina e medicamento.”

Brito ressaltou que o papel da Comissão Externa será discutir todas as metas para erradicação da tuberculose como problema de saúde pública até 2030.

Segundo o parlamentar, a experiência será um exemplo para outros países, pois atuará para quantificar os custos da luta contra a doença, criar metas e definir responsabilidades entre governos, sociedade civil e parceiros.



OMS/David Rochkind

*Médico atende paciente em hospital de tuberculose em Mumbai, Índia*

## Visão única

Ele afirmou que “acabar a tuberculose é a marca dos governos que queiram acabar com problemas ligados à pobreza, à Sida, à população em situação de rua e à população indígena.”

Brito mencionou diálogos com países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP, e do Cone Sul para que outros Parlamentos “se envolvam no mesmo propósito e criem uma visão única de como combater esta doença.”

O diretor-geral da OMS lembrou que que nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, ODS, as nações do mundo se comprometeram a acabar com a epidemia global de tuberculose até 2030.

Na sua intervenção, Tedros pediu que os ativistas presentes na sala mantenham a energia para exigir ações de implementação e citou o slogan “nós podemos acabar com a tuberculose”.

# ANFETAMINA O ESTIMULANTE SINTÉTICO MAIS COMUM DISPONÍVEL NA EUROPA

As anfetaminas são o estimulante sintético mais comum disponível na Europa, constituindo um mercado amplo e estável no valor mínimo de 1,1 mil milhões de euros anuais. Numa nova análise hoje divulgada – Mercado da droga da UE: anfetaminas – duas agências da UE destacam a produção sofisticada de anfetaminas na UE, bem como o impacto da produção no ambiente.

A análise, do OEDT e da Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (Europol), abrange a cadeia de abastecimento, desde a produção e o tráfico até à distribuição e utilização. Também detalha os processos, materiais e atores criminosos envolvidos em diferentes estágios e níveis do mercado.

A Europa é um grande produtor mundial de anfetaminas, ao lado do Oriente Médio. O consumo de anfetaminas também se concentra nestas duas regiões. Na Europa, a anfetamina é amplamente consumida como pó e pasta, enquanto, no Oriente Médio, é usada principalmente como comprimidos de “captagon”.

Cerca de 10,3 milhões de adultos europeus (15-64 anos) utilizaram anfetaminas ao longo da vida, tendo 2 milhões consumido no último ano.

Quase todas as anfetaminas consumidas na UE são fabricadas a nível interno. A produção concentra-se principalmente nos Países Baixos e na Bélgica, onde ocorre tipicamente em instalações de grande

escala que utilizam equipamentos complexos. A produção é baseada em métodos que usam um produto químico de restrição internacional (BMK), que normalmente é produzido na Europa a partir de “precursores de designer” não restritos importados da China.

Os produtores europeus de anfetaminas são adaptáveis e inovadores. Os métodos tradicionais de produção de anfetaminas foram simplificados ao longo dos anos para usar menos produtos químicos e menos equipamentos, ao mesmo tempo em que fornecem um produto final semelhante com lucros mais altos.

Em alguns casos, a fabricação do produto de consumo não é concluída nos laboratórios onde ele é sintetizado. Em vez disso, a anfetamina é exportada como óleo de base e convertida em sulfato de anfetamina em laboratórios em outros lugares. Isto suscita preocupações quanto à difusão desses «laboratórios de conversão» a mais países da UE.

Entre 2019 e 2021, foram desmantelados na UE 337 sítios relacionados com a produção ilícita de anfetaminas. A produção de anfetaminas em larga escala gera grandes quantidades de resíduos químicos que prejudicam o meio ambiente, gerando riscos para a saúde humana e altos custos para os municípios locais.

A procura de comprimidos de captagon no Médio Oriente conduzirá a um aumento da produção na UE?



Apenas uma pequena parte das anfetaminas fabricadas na UE é utilizada para produzir comprimidos de captagon, que são principalmente traficados para mercados consumidores no Médio Oriente. Isso ocorre com pouca frequência, principalmente nos Países Baixos, muitas vezes sob procura. As redes criminosas da UE relacionadas com a droga não parecem estar envolvidas de outra forma no comércio de captagon e os Estados-Membros da UE não comunicam qualquer utilização significativa de captagon. Os países da UE estão principalmente envolvidos como pontos de transbordo entre os países produtores de captagônio fora da UE (Líbano e Síria) e os mercados de destino na Península Arábica e arredores. A análise levanta a questão de saber se a procura de comprimidos de captagon nestes mercados pode representar oportunidades para os produtores de droga sediados na UE aumentarem a produção de anfetaminas para exportação.

### Um negócio sofisticado

As redes criminosas envolvidas no comércio ilícito de anfetaminas são orientadas para as empresas, utilizando frequentemente os recursos e as infraestruturas uns dos outros ou participando em empreendimentos cri-

minosos conjuntos. A análise de hoje mostra como o apoio logístico se tornou um negócio paralelo, com alguns atores criminosos atuando como prestadores de serviços, especializando-se em fornecer os produtos químicos, equipamentos e conhecimentos necessários para instalar e operar instalações de produção. As estruturas comerciais legais são frequentemente utilizadas de forma abusiva para facilitar a produção, o tráfico e a distribuição. Os criminosos também recorrem à violência e à corrupção quando necessário para atingir seus objetivos.

### Enfrentar as ameaças atuais e aumentar a preparação

As conclusões de hoje (16-10-2023) baseiam-se em dados e informações do sistema de monitorização da droga do OEDT e dos dados operacionais da Europol sobre a criminalidade grave e organizada. Adotando uma abordagem de avaliação das ameaças, as agências destacam áreas-chave de ação a nível da UE e dos Estados-Membros. São elas: melhorar o quadro de inteligência estratégica; reforçar as respostas para reduzir a oferta e reforçar a segurança; impulsionar a cooperação internacional; investir no desenvolvimento de capacidades; e, reforçar as respostas políticas, de saúde pública e de segurança.



O Diretor do OEDT, Alexis Goosdeel, afirma: «As anfetaminas são hoje a droga estimulante sintética mais comum na Europa. Embora o seu mercado permaneça relativamente estável, não devemos subestimar o impacto que a droga tem na saúde e na segurança dos europeus. Não só afeta indivíduos, mas também impacta comunidades ao redor e além das áreas de produção por meio de danos ambientais e consequências para a saúde pública. A Europa é um produtor mundial de anfetaminas e, por cada quilograma de anfetaminas produzido, podem ser gerados quase 40 quilogramas de resíduos químicos. Este, por sua vez, é despejado em nosso solo e água. Para enfrentar estes desafios transfronteiriços, é vital que os Estados-Membros cooperem, partilhem conhecimentos e reforcem a preparação».



A diretora executiva da Europol, Catherine De Bolle, afirma: «O mercado das drogas sintéticas atinge todos os milhares de milhões de euros todos os anos e a sua produção está a tornar-se mais sofisticada. As redes de distribuição estão ficando mais inteligentes; e as próprias drogas, mais nocivas. Grandes quantidades de resíduos químicos tóxicos gerados por síntese química foram liberados na natureza, colocando em risco a saúde e a segurança públicas. A Europol está constantemente a acompanhar esta ameaça perniciosa e a prestar apoio operacional de ponta às investigações nos Estados-Membros».

ENTREVISTA COM SJOERD TOP, DIRETOR EXECUTIVO DO MAOC (N):

# “A TRÊS MESES DO FIM DO ANO, JÁ SUPERÁMOS O ANTERIOR RECORDE DE APREENSÕES. O SEGREDO? TRABALHO EM EQUIPA!”

O MAOC (N), Maritime Analysis and Operations Centre (Narcotics) é uma iniciativa de seis Estados-Membros da União Europeia (França, Irlanda, Itália, Espanha, Países Baixos e Portugal), e do Reino Unido, cofinanciada pelo Fundo para a Segurança Interna da União Europeia. O Centro proporciona um fórum para a cooperação multilateral, para combater o tráfico ilícito de drogas por via marítima e aérea, afirmando-se como um centro de inteligência que combina autoridades policiais, militares, alfandegárias e marítimas e analistas e oficiais de ligação. O Centro foi inaugurado a 30 de setembro de 2007, em Lisboa, na sequência da assinatura de um Acordo Internacional pelos Ministros de cada um dos países parceiros. O MAOC (N) é composto por Oficiais de Ligação com o País, que representam as autoridades policiais, alfandegárias, militares e marítimas das nações europeias participantes, bem como por oficiais de ligação permanentes dos Estados Unidos (a Drug Enforcement Administration e a Joint Interagency Task Force – South).

O espírito, as práticas de trabalho e as operações do MAOC (N) procuram minimizar a burocracia e, simultaneamente, maximizar a atividade operacional. Para além da inteligência e dos meios navais e aéreos fornecidos pelos seus países parceiros, o sucesso do MAOC (N) é também atribuído a outros fatores, nomeadamente ao modelo de trabalho, em que os oficiais de ligação das autoridades civis e militares trabalham lado a lado com total transparência e paridade, colaborando para um objetivo comum. Esta abordagem é ainda reforçada através da contribuição de uma equipa altamente especializada de analistas empregada no Centro, que Dependências foi conhecer, em entrevista ao seu Diretor Executivo, o neerlandês Sjoerd Top...



**Depois de ter servido durante mais de 25 anos a Polícia Nacional Neerlandesa, por que aceitou este desafio de liderar uma organização como o MAOC (N)?**

**Sjoerd Top (ST)** – Na Polícia Nacional Neerlandesa tive várias e diversificadas oportunidades, mas nunca a de trabalhar num contexto tão marcadamente internacional como este. No MAOC (N), baseamo-nos num tratado assinado por sete ministros, em 2007, que define que, a cada quatro anos, deve haver uma mudança de diretor. Após estes quatro anos, qualquer um destes sete países tem a possibilidade de apresentar um candidato à direção executiva e, em conjunto, decidem qual o que melhor encaixa na equipa naquele momento. Então, quando ouvi falar nesta possibilidade, pensei de imediato que este seria um ambiente de trabalho fantástico, até porque, na minha última missão ao serviço da Polícia Nacional Neerlandesa, tinha trabalhado com o MAOC (N) em vários casos de tráfico internacional de drogas...

**Ou seja, já estava por dentro...**

**ST** – Sim, já tínhamos casos em que o MAOC (N) coordenava e analisava, ao nível dos serviços de inteligência, casos em que a Polícia Nacional Neerlandesa estava envolvida. Além disso, com toda a honestidade, o facto de este instituto estar sediado em Portugal, particularmente em Lisboa, também pesou muito na minha decisão. Já tinha tido a oportunidade de viajar duas vezes, como turista, para Portugal e, quer eu, quer a minha esposa, adorámos este país. A minha esposa trabalhava nos Países Baixos e teve de abdicar do seu emprego para que fosse possível eu trabalhar aqui, portanto, esta localização foi igualmente um fator que muito contribuiu para a decisão.

**Está nesta missão há dois anos...**

**ST** – Sim, iniciei em novembro de 2021 e o cargo é definido para dois anos, podendo ser renovado por um período igual, após uma avaliação por parte da comissão executiva e pelo próprio diretor. Neste caso, a direção executiva prendeu-me com mais dois anos, tudo está a correr bem e cá estarei até novembro de 2025.

**Como avalia estes dois anos?**

**ST** – Honestamente, estou muito grato por esta oportunidade que me foi concedida. Temos um grupo fantástico de profissionais neste Centro. Com o apoio da Comissão Europeia, pude aumentar o número de analistas, sendo que em 2020 tínhamos apenas cinco e, atualmente, temos dez. Com este apoio e algum financiamento extra, os nossos recursos duplicaram, o que nos possibilita não só fazermos este trabalho operacional, que é o “coração” do nosso Centro, mas igualmente obter alguma capacidade de construção em conjunto com outras redes, projetos e agências em partes do mundo que considera-



mos importantes. Temos um grupo fantástico de oficiais de ligação de cada país representado no MAOC (N), sendo que a grande especificidade do MAOC (N) é que não temos apenas esses oficiais dotados de uma retaguarda de autoridades policiais, mas igualmente com uma retaguarda militar. Ou seja, temos alguém da Marinha Portuguesa, alguém da Marinha Francesa, alguém da Força Aérea Portuguesa, entre outros, a trabalharem aqui e, a cada semana, temos reuniões operacionais nesta mesma mesa em que concedo a entrevista, onde discutimos novos “navios de interesse” - é esta a designação que lhes atribuímos - e que representam embarcações ou aviões que, provavelmente, trarão drogas de África ou da América do Sul para a Europa. Em suma, não apenas coordenamos estes casos, como também tentamos perceber que possibilidades existem para a marinha efetuar interceções ou para as forças aéreas realizarem verificações nos navios em que estamos interessados. Trata-se de algo muito específico e nunca vi algo similar na Europa, em que contamos simultaneamente com as forças policiais e as forças militares a trabalharem em conjunto com dez analistas. Em conclusão, avalio muito positivamente e estou muito feliz com o contexto e ambiente de trabalho aqui, assim como com o apoio e confiança dos países do MAOC (N) e da Comissão Europeia no nosso Instituto. E graças a tudo isto, já conseguimos não só atingir uma quantidade recorde de apreensões este ano, superando a esta altura em 50% o recorde que havíamos atingido em 2021, mas acima de tudo, os países partilham atualmente mais inteligência do que alguma vez o haviam feito, o que representa para mim um sinal de confiança. E, no final, as apreensões, as interdições e as drogas capturadas surgem naturalmente. É tudo uma questão de apoio por parte dos países e aos países. Temos excelentes relações com alguns países de África Ocidental, países da América do Sul e da América Latina, e uma relação muito próxima entre quatro continentes, porque também temos aqui os EUA representados com dois oficiais.

**Para quem não conhece o MAOC (N), poderemos defini-lo como uma aliança baseada na inteligência entre a Europa, América e África Ocidental?**

ST – Sim, basicamente é isso...

**O que parece requerer abordagens e operações muito baseadas em métodos científicos...**

ST – Sim, muitas vezes fazemo-lo, absolutamente. Voltando atrás no tempo, os ministros dos sete países que fundaram o MAOC (N) - Maritime Analysis and Operations Centre (Narcotics) – fizeram um excelente trabalho. O sucesso de hoje alicerça-se nas decisões que tomaram na altura. Éramos sete países com a mesma abordagem perante o tráfico de droga e costumava dizer que não somos uma agência

européia formal, o que me possibilita ser mais ágil do que noutras. Eu trabalho com sete países europeus e com os EUA, o que me facilita a tarefa, porque somos muito operacionais e tentamos ser o menos políticos possível porque pretendemos fazer a vida do crime organizado e dos traficantes internacionais de drogas o mais dura possível. E não temos que lidar com outros assuntos políticos em torno disto. Este é o nosso ponto focal, o que nos torna a tarefa mais simples e fácil se nos compararmos com outras organizações, como o EMCDDA, a EMSA ou a Europol quando pretendemos ter estas relações com outros países. Mas concordo consigo quando refere que temos essa abordagem científica. Somos uma plataforma operacional de inteligência, mas a forma como lidamos com a inteligência torna-nos mais fácil a partilha. Então, uma das abordagens científicas que elegemos, diria que se situa ao nível da paridade da inteligência, que representa mesmo um dos pilares do MAOC (N) e que significa que se partilharmos inteligência para o centro, a mesma será disseminada pelos sete países europeus e os EUA, ao mesmo tempo. Nenhum dos países tem acesso reservado ao que é partilhado. E a melhor parte de tudo isto é que, numa periodicidade semanal, acabamos por receber inteligência por parte de países que não esperávamos. A título de exemplo, os franceses solicitam inteligência sobre um navio espanhol, que acaba por ser fornecida pelos italianos, o que não seria de esperar. Mas os italianos, que também recebem essa inteligência, verificam a sua base de dados e comunicam-nos que determinada pessoa, a bordo do navio, foi alvo de uma investigação da nossa parte por tráfico de droga. E, provavelmente, os franceses trabalharão em conjunto com os italianos. Reafirmo: temos casos deste género numa periodicidade semanal. E tenho que reforçar que os fundadores do MAOC (N) pensaram nisto e temos que lhes agradecer por todo o sucesso que estamos atualmente a ter, graças a essa perspetiva de cooperação internacional. Pensaram realmente de uma forma diferente, naquela altura.

**É difícil convencer países da América do Sul e da África Ocidental a cooperar convosco em áreas tão sensíveis? É que as drogas provêm daqueles territórios mas, ao que sabemos, não existe uma rota inversa...**

ST – Para ser sincero, existe. Nos últimos dois anos, temos visto vários navios com destino à América do Sul com haxixe. Há uma troca entre haxixe e cocaína, sendo que o preço do quilograma de haxixe de alta qualidade, em certos países, é o mesmo da cocaína, mas também se verifica isso ao nível dos percursoros, das metanfetaminas, ecstasy e outras drogas sintéticas da Europa para outras partes do mundo, incluindo a América do Sul. Enquanto, até há 15 ou 20 anos atrás, a Europa era essencialmente um mercado de consumo, hoje somos



também um mercado de produção. Claro que é bastante difícil conquistar a confiança de outros países, portanto, temos de trabalhar durante vários anos para construir essa confiança com muitos destes países. E, na minha perspectiva, neste momento existem vários países interessados em cooperar com o MAOC (N). Ainda na semana passada, tive encontros bilaterais com ministros de países da América Latina, onde tive a felicidade de me encontrar também com Alexis Goosdeel, Presidente do EMCDDA, que pediam cooperação e colaboração entre o MAOC (N) e os seus países, porque pensamos que podemos beneficiar entre ambos os lados do oceano. E, apesar de parecer fácil, nos Países Baixos existe um ditado que diz que a confiança vem a pé e vai embora a cavalo. É muito lenta a construção da confiança, mas é muito fácil de destruir se forem cometidos erros, se disseminarmos inteligência pelas agências erradas. E então serão necessários anos para voltarmos ao ponto em que estamos atualmente. Por isso, temos regras muito específicas e rígidas quanto ao manuseio da inteligência e creio que, no passado, demonstrámos quão bem-sucedidos podemos ser e os próprios países percebem hoje que nunca serão capazes de serem bem-sucedidos apenas por si próprios ou agindo sozinhos. Devemos focar-nos nestas premissas: atualmente, os principais países produtores da América do Sul estão a tornar-se países também consumidores, com um mercado apetecível para cocaína, haxixe e, provavelmente, fentanil; a Europa, que era essencialmente um continente de consumo, está a tornar-se hoje um continente produtor e, pelo meio, uma região altamente estratégica entre a Europa e a América do Sul, temos a África Ocidental. E temos que apoiar claramente estes países, que não fazem parte de uma região consumidora, mas estão no meio, entre a América do Sul, a América Latina e a Europa e acolhem todos os malefícios referentes ao tráfico internacional, o que traz instabilidade à região. Então, pedi aos ministros da Europa e da América do Sul que apoiassem o Golfo da Guiné e os países de África Ocidental. Nos últimos anos, o tráfico de droga tem originado muita violência, até na Europa, com ministros ameaçados, uma família de

testemunhas foi morta um jornalista morto, um juiz foi morto e muita instabilidade e corrupção tem vindo a condicionar democracias locais. E se vemos isto nos Países Baixos, na Bélgica ou na Suécia, imaginemos nos países da África Ocidental...

**Sendo certo que o foco principal do MAOC (N) é o tráfico de droga, relacionado com este fenómeno temos o tráfico de seres humanos, de armas e outros crimes... Em que medida contribui a ação do MAOC (N) para apanhar também esses criminosos que se dedicam a outros ramos que não o da droga?**

ST – Sim... duas coisas a dizer sobre isso: primeiro, não se trata apenas da quantidade de drogas que apreendes. É a organização criminal por detrás. O que observamos é que esta organização criminal não lida apenas com drogas mas com tudo o que lhes proporciona ganhar dinheiro. Então, aquilo que víamos antes para contrabandear algo entre Portugal e Espanha há uns anos será hoje usado para contrabandear droga. Então, quando conseguimos atingir estes grupos criminais organizados face ao tráfico de drogas que fazem, também os estamos a atingir relativamente a outras práticas que exercem, porque umas práticas suportam as demais. Por outro lado, a Comissão Europeia também apoia um grande programa, chamado Global Illicit Flows, que tem projetos específicos que estão a lidar com fluxos internacionais ilícitos. Pode ser tráfico de drogas, de armas, de seres humanos, de animais ou madeira, e o que fazemos é apoiar estes projetos com o nosso conhecimento, nomeadamente nas Caraíbas, América do Sul e África Ocidental, oferecendo treino e inteligência marítima e apoio por parte dos nossos analistas. E sim, temos projetos baseados especificamente em fluxos ilícitos de que fazemos parte.

**Sabendo-se que estão envolvidos numa batalha que nunca será ganha, em que medida constituirá o foco em produzir danos a estas organizações criminais?**

ST – Sim, é verdade, apesar de não estar tão certo de que nunca seremos capazes de vencer esta batalha... mas não fazer nada não é opção. Temos de apoiar os países porque este tráfico ilícito traz instabilidade em todas as regiões e países e muita violência e é isso que temos de enfrentar. Esta cooperação internacional mostra que, quanto mais partilharmos inteligência, mais possibilidades temos de identificar e enfrentar grupos criminais organizados. Espero que, num futuro próximo, mais países vejam esta oportunidade e partilhem mais inteligência e, se houver alguns aspetos que requeiram privacidade, teremos de encontrar outras soluções de legislação para apoiar estes casos de tráfico internacional. Este é mais um exemplo em que podemos mostrar ao mundo que não existe outra opção senão a cooperação internacional. Como disse, temos quatro continentes representados, porque o nosso mandato prende-se com o Oceano Mediterrâneo e o Atlântico, mas também temos contactos semanais com a Nova Zelândia e a Austrália, relacionados com navios que cruzam o Oceano Pacífico. É uma batalha universal e temos de trabalhar em conjunto. Quanto ao dano que produzimos a estas organizações criminais, sim, é muito profundo. Não posso entrar em muitos detalhes, mas posso afirmar que alguns países conseguiram atingi-los severamente através das interdições levadas a cabo onde o MAOC (N) estava a coordenar alguns casos. Tivemos recentemente um enorme caso, coordenado entre EUA, França, Reino Unido e Irlanda, que resultou numa fantástica interceção nas águas costeiras irlandesas, com um enorme apoio internacional, e o MAOC (N) representou um papel muito útil e tenho a certeza de que muitas mais detenções resultarão deste caso. Estou a falar de duas toneladas de cocaína num navio e, sim, este é um enorme dano imputado aos grandes criminosos. Assim como



terá tido conhecimento, há uns anos atrás, de um episódio em que agências de forças policiais foram capazes, com o apoio da Europol, de captar telefones encriptados e as informações transmitidas por estes meios, que não fazem chamadas mas enviam mensagens encriptadas, mostraram como estes líderes de grupos de crime organizados estão envolvidos nestes envios de cocaína da América do Sul, através da África Ocidental, até à Europa.

#### **Consegue estimar a quantidade de drogas que não permitem que entre na Europa anualmente?**

**ST** – O nosso recorde remonta a 2021, em que, sob a coordenação do MAOC (N), apreendemos mais de 40 toneladas de cocaína...

#### **Por mar?**

**ST** – Sim, por mar. Digamos que 95% e os restantes 5% serão por via aérea e não representam aquelas grandes apreensões em quantidade. Este ano, até ao dia 1 de outubro, já ultrapassámos as 58 toneladas. Com três meses ainda até ao final do ano, já temos mais cerca de 50% de apreensões...

#### **E só estamos a falar de cocaína...**

**ST** – Sim, apenas de cocaína. O que constatamos atualmente é que existem menos casos de haxixe e raramente vemos heroína porque as rotas são diferentes. Atualmente, são mais originárias do Afeganistão até ao Este de África ou aos balcãs, porque a oferta é distribuída por via marítima ou aérea, e raramente passa por esta parte do oceano até à Europa. Apreendemos alguma quantidade significativa de haxixe, mas atualmente o que observamos é estes grupos organizados de crime a usarem barcos ultrarrápidos entre o Norte de África até ao sul de Espanha ou o Algarve. Estas embarcações são tão rápidas e diretas de Marrocos ao Algarve que nem sequer é necessária coordenação internacional, uma vez que as autoridades nacionais portuguesas e espanholas lidam com estes casos. Portanto, fazem muitas apreensões nesse contexto, mas as mesmas não são traduzidas nas estatísticas do MAOC (N) e as que fizemos recentemente reportam a uma altura em que a substância é transportada do norte de África ou da Europa para a América do Sul. Por outro lado, a quantidade de drogas produzidas nos chamados países de livre produção nunca foi tão alta. Nos últimos dez anos, mais do que duplicou e o número de colheitas por ano também têm vindo a aumentar. Tendo isso em conta, costumamos ouvir por parte do EMCDDA que somos muito bem-sucedidos na vertente policial da luta contra o tráfico, mas a verdade é que não temos tido tanto sucesso do lado da procura porque a quantidade de pessoas que consomem drogas na maioria dos países europeus está a crescer.

**Também sabemos que esta indústria, constituída pelos grupos criminosos controlam os mercados e determinam os consumos através da oferta. Se já assistimos no passado a uma epidemia de heroína, hoje, além da canábis, a substância mais consumida, proliferam substâncias sintéticas e outras tradicionalmente usadas como medicamentos... acredita que as abordagens menos conservadoras que muitos países estão a implementar, com produção própria de canábis e regulação da produção e dos consumos, eliminando o uso da esfera do crime, também poderão criar dano a esta indústria?**

**ST** – Creio que a estratégia portuguesa, mais voltada para a heroína, foi muito bem-sucedida, há uns anos atrás. As abordagens governamentais certas certamente ajudarão e serão decisivas para a forma como estas coisas se desenvolvem em determinado país, até porque existem grandes diferenças geográficas, até entre países europeus, quanto mais noutros continentes. Por outro lado, observamos hoje um envolvimento da qualidade do produto, ou seja, no caso da canábis, por exemplo, a quantidade de THC presente hoje torna possível algo impensável há 20 anos atrás, que uma pessoa fique dependente, sofra episódios de urgência, tenha psicoses, etc. Atualmente, experiências em países como os EUA ou o Canadá, o que observamos é que, apesar da produção legal de canábis e da venda praticamente livre em farmácias, os grupos criminosos organizados respondem, assegurando um produto com maior qualidade vendido a um preço mais baixo. E pensem no que está a acontecer, por exemplo, nos EUA com a prescrição de medicamentos legais para a dor, que têm levado tanta gente à adição... Por isso, aprecio muito o modelo português, que continua a proibir o consumo, mas define uma quantidade para uso que evita idas a tribunais ou prisões, optando por uma abordagem que ajuda não só as pessoas com CAD mas igualmente as suas famílias. Creio que é uma área em que os países deveriam envolver-se mais: não apenas do lado da repressão, da oferta, mas igualmente no domínio da procura. É este equilíbrio que vejo em Portugal e tanto aprecio.

#### **Pelo que me foi dado a entender, os vossos analistas são uma peça fundamental do MAOC (N): leem, analisam e interpretam informação e são uma chave em todo o processo...**

**ST** – Sim. Fico feliz por dizer que são uma chave porque partilhar inteligência não é suficiente para que tenhamos sucesso. É necessário partilhar, mas depois também é preciso que seja analisada e disseminada. Os analistas trazem a inteligência fornecida pelos países e combinam-na com inteligência que recebemos de fontes abertas e de ferramentas que temos na área marítima e da aviação. E depois procuramos encontrar combinações entre navios, pessoas, negócios, organizações, telemóveis... além disso, os nossos analistas treinam pessoas da nossa rede na África Ocidental e na América Latina, então é muito fácil para nós contactarmos alguém na Colômbia, Brasil ou Cabo Verde, informá-los que há um navio a caminho do seu território e pedir-lhes que façam um check-up ou que saibam um pouco mais acerca dessa organização. Além disto, e porque temos tantos casos operacionais, produzimos relatórios estratégicos e táticos para os decisores políticos. Se vemos haxixe a deslocar-se para sul, então temos um novo mercado para esta substância. Durante as nossas reuniões da Direção Executiva, que ocorrem duas vezes por ano, convidamos o EMCDDA a apresentar-nos as últimas tendências.

#### **Portugal continua a ser uma porta de entrada de drogas na Europa?**

**ST** – Sim, claro, pela sua localização estratégica. Uma das nossas vantagens tem a ver com os Açores e a Madeira, onde existe polícia marítima e, por vezes, a marinha. Já nos portos de Setúbal e de Sines, a PJ tem apreendido várias cargas significativas de cocaína que tinham como destino outros países depois de chegarem a Portugal.



#### **Falamos essencialmente de cocaína?**

**ST** – Sim, essencialmente cocaína, mas igualmente cânabis proveniente do Norte de África, uma vez mais devido à localização estratégica. É muito difícil levar cocaína, por exemplo, para a Suíça ou Áustria, onde não existem portos. Por isso, Espanha, Portugal e França são os três primeiros países europeus que se atravessam quando se tenta entrar em águas europeias e, como tal, estes são os países que mais interceções fazem. Como é óbvio, estamos mais focados na cocaína, porque o nosso mandato está relacionado com drogas que vêm da América do Sul e África e dificilmente teremos heroína vinda da América do Sul.

#### **Consegue estimar quantas intervenções realizam por mês?**

**ST** – Cerca de quatro por mês. Diariamente, verificamos mais de 500 embarcações.

#### **Enquanto Diretor Executivo, o que sente quando vence uma batalha?**

**ST** – Os melhores momentos ocorrem quando existe a possibilidade de o MAOC (N) coordenar estes casos internacionais. Na semana passada, tivemos um caso na Irlanda em que pudemos dar apoio e em que houve envolvimento de França, Reino Unido, EUA, MAOC (N) e outros países, em que pudemos realmente fazer a diferença. Os melhores momentos acontecem quando nenhum país reclama os créditos, porque resulta de um esforço de equipa.

#### **Mas vocês nunca “recebem a medalha”... ao contrário do país onde é capturada a droga...**

**ST** – Claro, eles fazem provavelmente os trabalhos mais difíceis, mas nós vemo-lo como um esforço de equipa e é óbvio que parabenizaremos os irlandeses, mas estes dirão certamente que foi um trabalho de equipa.

#### **Nunca sentiu que anda a pescar peixe pequeno em vez de tubarões?**

**ST** – Por vezes fazemo-lo porque se intercetarmos, por exemplo, um navio de pesca brasileiro, sabemos que os pescadores brasileiros a bordo são pessoas pobres e o que recebem será, para eles, uma significativa quantia de dinheiro, mas nunca serão mais do que “mulas”. Mas temos que fazer estas interdições, que nos permitem reunir provas e causar danos nos grupos organizados do crime e nas suas organizações e é a partir desses momentos que começam a cometer erros. Mas também reunimos inteligência a partir de cada apreensão que fazemos, sobre onde são produzidas as drogas, qual seria o destino, quem estava envolvido e as equipas de investigação recebem preciosos auxílios a partir da inteligência produzida por esta via. No final, as pessoas a bordo são peixe pequeno, mas a inteligência que reunimos a partir daí ajudar-nos-á a apanhar o peixe grande. E, em muitos destes casos, porque o valor da cocaína é tão alto, muitos grupos criminais têm alguém da organização a bordo para controlar a mercadoria.



# QUAIS OS RISCOS DE MISTURAR ÁLCOOL E CANÁBIS?

A canábis é a substância psicoativa ilícita mais comumente usada entre aqueles que consomem álcool.

Os indivíduos que consomem canábis e álcool podem adotar diversos padrões de consumo. O consumo simultâneo refere-se ao uso de ambas as substâncias em um intervalo de tempo muito curto, permitindo que os efeitos de ambas se sobreponham e potencializam. A utilização conjunta, por outro lado, refere-se ao consumo de canábis e álcool dentro de um mesmo período, como por exemplo, no decorrer de um mês, mas não necessariamente ao mesmo tempo.

Os efeitos relacionados à sobreposição do uso se caracterizam pelo fato do álcool aumentar a absorção do principal componente psicoativo da canábis, o delta-9-tetrahidrocanabionol (THC). Além disso, a canábis também é capaz de potencializar os efeitos positivos (ou seja, prazerosos) do álcool, aumentar a intoxicação subjetiva e elevar os níveis de álcool no sangue em diversas doses. Essa sinergia de efeitos, provavelmente, está relacionada à popularidade dessa combinação de substâncias psicoativas, uma lícita (álcool) e outra ilícita (canábis) no Brasil.

Evidências mostram que há uma tendência de uso mais pesado e frequente quando as substâncias são usadas de forma associada (ou em combinação) em comparação ao uso de cada substância separadamente.<sup>3</sup> Como consequências negativas do uso conjunto ocorrem evasão escolar, pior desempenho acadêmico, uso de outras drogas ilícitas e vários comportamentos de risco, como direção sob efeito de substâncias. Além disso, maiores taxas de problemas mentais e sintomas de dependência também são observadas.

Em relação ao trânsito, é importante enfatizar que a lei nº 9.503, popularmente conhecida como Lei Seca no Brasil, tem como objetivo proibir

que pessoas dirijam sob influência de álcool ou outra substância psicoativa, incluindo a canábis. Conforme investigado por Duckworth e Lee (2019), indivíduos que fazem uso simultâneo de canábis e álcool têm uma probabilidade duas vezes maior de conduzir veículo sob efeito dessas substâncias, quando comparados com aqueles que consomem apenas álcool. Portanto, programas voltados à educação de motoristas sobre os riscos associados à direção sob efeito de substâncias psicoativas são prioritários.

Gonçalves e colaboradores (2023) conduziram um estudo recente para avaliar o impacto da legalização do uso recreacional de canábis nos Estados Unidos e os efeitos colaterais sobre o beber pesado episódico, binge drinking. O resultado encontrado relacionado à implementação da legalização do uso recreacional de canábis foi um aumento no consumo excessivo de álcool no último mês em adultos com 31 anos ou mais e uma redução no consumo excessivo de álcool no último mês naqueles com menos de 21 anos. Essa avaliação contribui para o debate sobre os efeitos da legalização do uso recreacional de canábis e possíveis impactos relacionados ao consumo concomitante de álcool.

Por fim, a associação dessas substâncias, tanto a utilização em conjunto quanto a simultânea, aumenta significativamente os riscos para saúde e bem-estar dos indivíduos como já publicado em estudos anteriores. No entanto, ainda persistente uma necessidade de investigações mais profundas para compreender integralmente a extensão e a magnitude destes prejuízos à população.

CISA – Centro de Informações sobre Saúde e Álcool



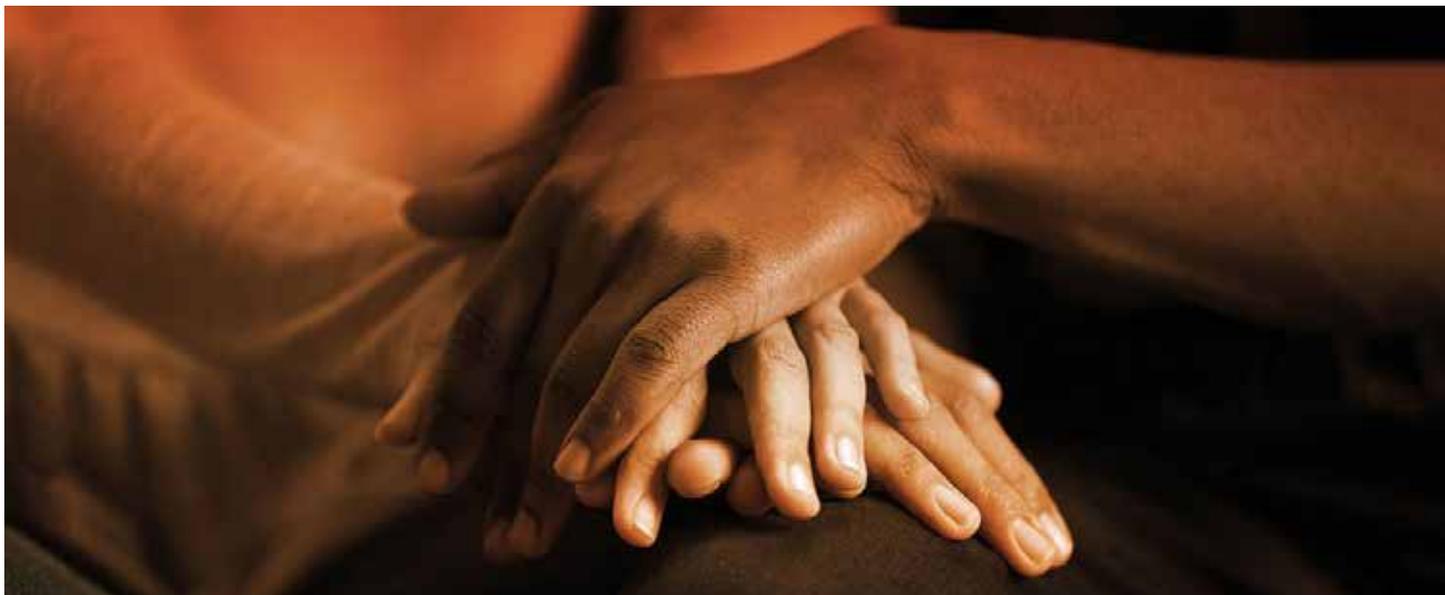
# DECLARAÇÃO DE LISBOA APELA A PLANOS PARA A SAÚDE MENTAL

O desenvolvimento de planos para a saúde, nomeadamente na área das demências, a oferta de cuidados de saúde de alta qualidade e acessíveis e o envolvimento das pessoas idosas na criação de ambientes amigos da idade são algumas das propostas endereçadas pelo Lisbon Outcome Statement (Declaração de Lisboa), que foi apresentado durante o Encontro Regional sobre Políticas Inovadoras para o Envelhecimento Saudável, que foi organizado pela Direção-Geral da Saúde (DGS) e pela Organização Mundial de Saúde (OMS). O documento, que foi consensualizado entre peritos de vários países, apela ao envolvimento de todos os parceiros, nomeadamente pessoas de organizações internacionais, intergovernamentais, da sociedade civil e organizações não governamentais, academia, media, setor privado e entidades relevantes. Define cinco prioridades que podem contribuir para o envelhecimento saudável: 1. Medidas preventivas para o bem-estar físico, social e mental; 2. Criação de ambientes que tornem possível um maior envolvimento das pessoas nas comunidades ao longo do ciclo de vida, nomeadamente através de uma Era digital mais amiga da idade; 3. Acesso a cuidados de elevada qualidade, acessíveis e de suporte às pessoas idosas, aos seus familiares e cuidadores; 4.

Implementação efetiva de políticas que alavanquem o potencial das pessoas mais velhas, nomeadamente combatendo o idadismo, a violência e o estigma; 5. A disponibilização de dados e evidência que possam habilitar ações em torno do envelhecimento saudável. O Subdiretor-Geral da Saúde, André Peralta-Santos, destacou a importância deste compromisso: “a Declaração de Lisboa é uma oportunidade para reconstruir e rejuvenescer, o que só é possível quando vários parceiros e países trabalham em conjunto. Temos de garantir que o aumento da longevidade que a ciência nos proporciona esteja associado a anos com saúde, independência e realização”. Yongjie Yon, responsável na área do envelhecimento e saúde da OMS Europa, referiu que “se pretende reconstruir a história em torno do envelhecimento. O idadismo separa-nos e atrapalha o nosso potencial coletivo. Vamos quebrar barreiras e criar ambientes amigos das pessoas idosas, que capacitem todos para se conectarem, prosperarem e florescerem”. O evento que termina hoje juntou mais de 120 peritos de 53 países e foi preparado em articulação com a Coordenação do Plano de Ação de Envelhecimento Ativo e Saudável do Ministério da Saúde e do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.



# O SUICÍDIO É A QUARTA PRINCIPAL CAUSA DE MORTE ENTRE JOVENS DE 15 A 29 ANOS



## O suicídio é a quarta principal causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos

Data é marcada sob o lema “Criando Esperança Através da Ação”; OMS considera prevenção uma prioridade na atuação pela saúde pública; agência da ONU quer medidas urgentes para reduzir taxas de mortalidade.

Este Dia Mundial da Prevenção do Suicídio, marcado em 10 de setembro, chama a atenção para o problema de saúde pública que mesmo sendo prevenível causa a morte de 700 mil pessoas por ano.

De cada 20 tentativas de tirar a própria vida uma resulta em um caso consumado, alerta a Associação Internacional para a Prevenção do Suicídio, que lidera eventos sobre a data em parceria com a Organização Mundial da Saúde, OMS.

### Suicídios são evitáveis

Com a série de reflexões junto de organizações, governos e público, a meta é mobilizar sobre a gravidade da questão, reduzir o estigma e aumentar a consciência de que o ato pode ser evitado.

O suicídio é a quarta principal causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos em todo o mundo. Estima-se que 77% dos casos acontecem em países de baixa e média rendas.

Questões de saúde mental associadas ao problema incluem a depressão e situações relacionadas ao consumo de álcool. Há também ligação com uma tentativa anterior de suicídio em ambientes de alto rendimento, onde muitos casos acontecem de forma impulsiva durante momentos de crise.

Outros fatores de risco incluem experiências de perda, solidão, discriminação, ruptura de relacionamento, problemas financeiros, dor e

doença crônica, violência, abuso, conflitos ou outras emergências humanitárias.

### Famílias, amigos, colegas e comunidades

Tirar a própria vida ou uma tentativa de o fazer são atos que acabam afetando famílias, amigos, colegas, comunidades e sociedades. Para tal, a OMS alerta que a prevenção seja em nível individual, comunitário e nacional.

A agência da ONU adverte para sequelas de longo prazo nos campos social, emocional e econômico. Este ano, a data é marcada sob o tema “Criando Esperança Através da Ação”, o mesmo desde 2021.

A finalidade é destacar as alternativas existentes ao suicídio e ações que trazem esperança ou reforçam a prevenção junto a pessoas que pensam em suicidar-se ou apresentam outras dificuldades.

A OMS destaca ainda que a prevenção do suicídio é prioritária para lidar com a saúde pública, alertando para a urgência em adotar medidas para reduzir as taxas de mortalidade.



# NASCEU NOS AÇORES UM FAROL DE ESPERANÇA NO COMBATE À DOENÇA MENTAL



O dia 29 de setembro, Dia de São Rafael, foi um dia significativo de celebração, homenagem, e de construção do futuro da Casa de Saúde São Rafael, Instituição que caminha a passos largos para o seu centenário, e também um dia que se pretendeu que fosse de afirmação plena, de que a saúde mental é uma prioridade efetiva de todos nós, e não apenas retórica de circunstância.

Foram inauguradas 3 unidades de internamento agora remodeladas, dedicadas àqueles que muitas vezes enfrentam batalhas silenciosas e navegam em mares agitados, tais como os que por vezes cercam as belas ilhas açorianas.

A Unidade S. Joao de Deus, Unidade de tipologia de Apoio Máximo em Saúde Mental com uma capacidade de 30 camas, que se destina a

peçoas portadoras de deficiência mental/debilidade intelectual, com grau moderado ou elevado de incapacidade psicossocial e dependência, e com necessidade de continuação tratamento e/ou de processo de Reabilitação Psicossocial. A Unidade S. João Grande, Unidade de tipologia de Apoio Máximo em Saúde Mental com uma capacidade de 29 camas, que se destina a pessoas portadoras de patologia psiquiátrica com grau moderado ou elevado de incapacidade psicossocial e dependência, e com necessidade de continuação de tratamento e/ou de processo de Reabilitação Psicossocial. A Unidade Dra. Fernanda Rosa, Unidade de Alcoologia e Novas Dependências Comportamentais com uma capacidade de 12 camas, e que recebe também utentes do sexo feminino, numa resposta pioneira nos Açores, no âmbito do tratamento de problemáticas associadas às Novas Dependências Comportamentais (sem substância). Ao atribuir a estas unidades, os nomes de São João de Deus, São João Grande e Dr.ª Fernanda Rosa, a instituição honra dois santos hospitaleiros cujas vidas foram marcadas por uma profunda compaixão e dedicação ao serviço daqueles que sofrem, e também da estimada Dr.ª Fernanda Rosa, Diretora Clínica da Casa de Saúde São Rafael entre 01 de Abril de 1998 e Maio de 2015, mês do seu falecimento. Com este investimento feito sem apoios governamentais, reafirmaram o compromisso em ser um farol de esperança para todos aqueles que lutam contra doenças mentais, independentemente da complexidade da luta, rumo a uma sociedade mais inclusiva e acolhedora, pois todos merecem viver com dignidade e qualidade de vida. Há uma procura constante, e cada vez maior, por respostas a dinamizar, para as quais a Casa de Saúde se coloca como uma instituição de excelência. São inúmeros os pedidos de apoio para doentes complexos, originários de outras instituições de saúde, que sentem que esta instituição se revela a única alternativa para dar resposta às suas problemáticas, e isso reforça o compromisso de prestar os melhores cuidados assistenciais, com serviços e valências de qualidade, quer no planeamento, quer na intervenção clínica, quer nas estruturas físicas, como as que hoje foram inauguradas.



# A ESCOLA SOCIDROGALCOHOL FOCADA NO BEM ESTAR DAS PESSOAS



A Sociedade Científica Espanhola de Estudos sobre Álcool, Alcoolismo e outras Dependências (Socidrogalcohol) realizou na Galiza, nos dias 28, 29 e 30 de setembro de 2023 a 24ª edição da Escola de Outono.

Este evento científico e de formação, dirigido a profissionais e estudantes de ciências relacionadas com comportamentos aditivos, composto por nove workshops que abordaram temas da mais próxima atualidade em comportamentos aditivos.

Temas como as técnicas motivacionais como um modelo de abordagem terapêutica centrado na entrevista, por meio do qual o profissional aprende a identificar a vontade de mudança da pessoa com quem vai trabalhar, ajudando-o a resolver ambivalências de forma mais eficiente e menos conflituosa.

Um outro tema em estudo relacionou-se com a abordagem dos transtornos aditivos nas populações infanto juvenis e o seu impacto na saúde mental e bem-estar dos jovens, identificação os fatores de risco e fatores de manutenção, técnicas de avaliação psicológica, bem como técnicas de intervenção psicológica, com o objetivo de promover a conscientização sobre a importância do trabalho em rede e da colaboração interdisciplinar na abordagem das dependências comportamentais, envolvendo profissionais de saúde, educadores, pais e outros atores-chave.

O Transtorno de Personalidade Borderline representa uma das patologias mais graves que os profissionais encontram diariamente nos dispositivos de assistência, são complexos e requerem várias habilidades e ferramentas terapêuticas.

Nesta aula foi desenvolvido o trabalho psicoterapêutico do programa.

Face ao recrudescimento dos consumos, foi muito interessante o encontro debate sobre a o uso dos opiáceos de prescrição e as conhecidas complicações nesta área. No caso específico dos opióides prescritos, a grande maioria dos casos que chegam a uma Unidade de Comportamento Aditivo ou a qualquer centro de tratamento de dependência são dependências de origem iatrogénica. Este workshop abor-



dou a forma de prescrição de analgésicos opióides, e as características especiais e as alternativas de tratamento disponíveis.

Como sempre a questão do THC na cannabis a substância ilegal mais consumida tanto em Espanha como em todos os países da União Europeia, foi o workshop mais participado, Estima-se que mais de 22 milhões de adultos europeus tenham consumido cannabis no último ano, 1% dos adultos europeus quase diariamente, sendo esta percentagem mais do dobro (2,1%) no caso de Espanha (Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, 2022). De acordo com o Observatório Espanhol de Drogas e Dependências (2022), estima-se que no último ano 155.800 estudantes com idades entre 14 e 18 anos começaram a consumir cannabis, com um número ligeiramente maior de meninas 83.200 do que meninos 72.600. A idade de início do uso desta droga começa antes da idade de 15.

O elevado consumo desta droga reflete-se nas internações para tratamento, em 2019, 14.202 pessoas iniciaram tratamento por abuso ou dependência de cannabis, das quais 10.372 vieram pela primeira vez. O consumo de cannabis é a segunda razão de tratamento na população em geral para o consumo de drogas ilegais, atrás da cocaína, mas a primeira entre os menores (95,2% de todas as crianças com menos de 18 anos admitidas para tratamento). A maioria dos admitidos ao tratamento com cannabis são homens, mas a proporção dos admitidos ao tratamento com cannabis é maior entre as mulheres (33,2%) do que entre os homens (27%) (OEDA, 2022a).

Em 2019, foi coletada uma amostra de 5.352 episódios de emergência; em quase metade a canábis estava relacionada com o motivo da emergência. Isso implica que a canábis, juntamente com a cocaína, sejam as substâncias que geram mais emergências (50,6% e 50,7%, respetivamente).

Talvez os factos e os dados em causa tenham justificado a grande adesão e participação neste workshop.

Finalmente o tema sobre o abuso problemático das redes sociais e os videojogos, onde se pode identificar casos precoces de uso problemático de redes sociais e videojogos, além de propor orientações preventivas e de atenção precoce.

# BALANÇO DA CAMPANHA “VIAJAR SEM PRESSA”

A Campanha de Segurança Rodoviária “Viajar sem pressa”, da responsabilidade da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), da Guarda Nacional Republicana (GNR) e da Polícia de Segurança Pública (PSP), decorreu entre os dias 3 e 9 de outubro e teve como objetivo alertar os condutores para os riscos da condução em excesso de velocidade, dado que esta é uma das principais causas dos acidentes nas estradas

Esta campanha contou, uma vez mais, com a participação dos serviços da administração regional da Região Autónoma dos Açores na realização de ações de sensibilização, completando o trabalho de fiscalização que tem sido realizado pelos comandos Regionais da PSP. Inserida no Plano Nacional de Fiscalização (PNF) de 2023, a campanha foi divulgada nos meios digitais, nos Painéis de Mensagem Variável e através de quatro ações de sensibilização da ANSR, realizadas em simultâneo com as operações de fiscalização levadas a cabo pela GNR e pela PSP, em Lisboa, Évora, Leiria e Setúbal. Idênticas ações ocorreram na Região Autónoma dos Açores.

A primeira ação de sensibilização e de fiscalização, que teve lugar na Av. Padre Cruz, em Lisboa, no dia 3 de outubro, contou com a presença da Secretária de Estado da Proteção Civil, Patrícia Gaspar. Na campanha “Viajar sem pressa” foram sensibilizados 286 condutores e passageiros, a quem foram transmitidas as seguintes mensagens:

A velocidade é a principal causa de um terço de todos os acidentes mortais;

Quanto mais rápido conduzimos, menos tempo dispomos para imobilizar o veículo, quando algo de inesperado acontece;

Numa viagem de 20 km, aumentar a velocidade de 50 para 60 km/hora, permite ganhar apenas 4 minutos. Viaje sem pressa.

Durante as operações das Forças de Segurança no âmbito desta campanha, realizadas entre os dias 3 e 9 de outubro, foram fiscalizados em controlo de velocidade por radar 4,1 milhões de veículos, 94,8% dos quais pelo SINCRO – Sistema Nacional de Controlo de Velocidade, da responsabilidade da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária.



Dos veículos fiscalizados, 17,4 mil circulavam com excesso de velocidade, dos quais 3,3 mil foram detetados pelos radares das Forças de Segurança e 14,1 mil pelos da ANSR:

	Nº de veículos fiscalizados por radar	Infrações por excesso de velocidade
ANSR	3 870 916	14 062
GNR	112 862	2 076
PSP	98 254	1 226
Total	4 082 032	17 364

Nesta campanha, registou-se um total de 2386 acidentes, de que resultaram 10 vítimas mortais, 50 feridos graves e 733 feridos leves.

Relativamente ao período homólogo de 2022, verificaram-se menos 9 acidentes, menos 2 vítimas mortais, igual número de feridos graves e menos 39 feridos leves.

As 10 vítimas mortais, 9 das quais do sexo masculino, tinham idades compreendidas entre os 21 e os 76 anos.

Os acidentes com vítimas mortais ocorreram nos distritos de Braga (3), de Vila Real, da Guarda, de Coimbra, de Lisboa, de Santarém, de Beja e de Faro.

Estes acidentes consistiram em 6 despistes (3 motociclos, 2 tratores agrícolas e 1 veículo ligeiro), 2 colisões envolvendo 3 veículos ligeiros e 1 pesado, e ainda 2 atropelamentos (com a intervenção de 2 veículos ligeiros e um terceiro veículo em fuga).

Os acidentes acima descritos ocorreram em 4 arruamentos, 3 estradas nacionais, 1 autoestrada, 1 estrada regional e 1 via de outro tipo.

Esta foi a nona das 11 campanhas de sensibilização e de fiscalização planeadas no âmbito do PNF de 2023. Até ao final do ano serão realizadas mais duas campanhas, uma em novembro e outra em dezembro, com ações de sensibilização e de fiscalização.

As campanhas inseridas nos planos nacionais de fiscalização são realizadas anualmente pela ANSR, GNR e PSP, desde 2020, com temáticas definidas com base nas recomendações europeias estabelecidas para cada um dos anos.

Destas nove campanhas que decorreram este ano, foram realizadas 42 ações, durante as quais mais de 3.600 pessoas foram sensibilizadas presencialmente. Quanto a ações de fiscalização, o número de condutores fiscalizados presencialmente foi superior a 445.000 e cerca de 10 milhões de veículos foram fiscalizados através de radares.

A sinistralidade rodoviária não é uma fatalidade e as suas consequências mais graves podem ser evitadas através da adoção de comportamentos seguros na estrada.

# ANSR E ACIBEV JUNTAS NA SENSIBILIZAÇÃO PARA OS RISCOS DA CONDUÇÃO SOB O EFEITO DO ÁLCOOL



A ANSR e a ACIBEV – Associação de Vinhos e Espirituosas de Portugal marcaram presença no evento “Grandes Escolhas – Vinhos e Sabores 2023”, que teve lugar nos dias 14 e 15 de outubro na FIL – Feira Internacional de Lisboa.

Neste evento, no âmbito do Protocolo de Colaboração assinado entre a ANSR e a ACIBEV, realizou-se mais uma ação conjunta de sensibilização para os perigos de conduzir sob o efeito de bebidas alcoólicas.

Esta iniciativa ofereceu aos visitantes a possibilidade de utilizar óculos de simulação da condução sob o efeito do álcool.

Ao longo do fim-de-semana, foram oferecidos 755 testes de alcoolemia e 228 visitantes experimentaram, em ambiente seguro, a dinâmica de simulação daquele comportamento de risco na condução.

## ANSR NO SEGUREX 2023



A Secretária de Estado da Proteção Civil marcou presença na abertura deste Salão ao público, no dia 10 de outubro. Patrícia Gaspar visitou o stand da ANSR, acerca do qual elogiou a inovação e disse que este espaço expositivo “permitiu que as pessoas que o visitaram ganhassem uma perceção muito verdadeira, muito real daquilo que é a missão da ANSR, sobretudo no capítulo da sensibilização”.

“Radares salvam vidas” foi o foco da participação da ANSR na 21.ª edição do SEGUREX – Salão Internacional da Proteção, Segurança e Defesa que decorreu, entre os dias 10 e 12 de outubro, na FIL – Feira Internacional de Lisboa. Neste evento de referência em Portugal nas áreas da segurança e proteção, a ANSR esteve presente entre os vários organismos representativos do Ministério da Administração Interna.

**Um livro que não esconde as verdades.  
O relato de uma realidade que ignoramos.  
O retrato crú, e na primeira pessoa, de quem tem a  
liberdade de falar a verdade. Sem medo e sem ocultar.**

**Reserve já o seu exemplar.**

Não podemos apagar da memória as condições e a miséria de vida que viviam muitos portugueses, nas ilhas, nas casas sem água e sem luz, a dormir em camas com colchões de palha e de folhelho, das pulgas piolhos e percevejos, das baratas na cozinha, dos ratos e ratazanas, da retrete coletiva, aos baldes de urina onde também se defecava porque não havia rede de esgotos nem água canalizada, do penico debaixo da cama, e dos ferros de engomar a carvão.

(...)

Da miserável vida porque o pouco dinheiro só dava para comprar um quarto de sêmea ou meio quartilho de vinho, dois tostões de azeite, um quarto de arroz e uma mão de feijão, para fazer a refeição com pão frito como se de um bife se tratasse, ou uma sardinha repartida por tantas bocas, e ao domingo comer o bacalhau de cheiro... porque não havia bacalhau para pôr na mesa. Não podemos apagar o passado da nossa história, nem destruir a memória de um povo que sabe o quanto custou ganhar a liberdade.



**20,00€**  
portes de envio  
incluídos

**Encomendas**

**[www.verdadessemmedo.pt](http://www.verdadessemmedo.pt)  
[sergio.oliveira@newscoop.pt](mailto:sergio.oliveira@newscoop.pt)  
916 899 539**

**Pagamentos**

**Mbway usando o número de telefone 916 899 539  
Pagamento por transferência bancária para  
IBAN PT50 0036 0116 9910 0048 2753 1**